



**CLIMA E
DESLOCAMENTOS
HUMANOS**



Guia prático para Transformações Sociais

PROJETO NANSEN DE REFUGIADOS

2024 - 2026



**CLIMA E
DESLOCAMENTOS
HUMANOS**

Guia prático para Transformações Sociais

PROJETO NANSEN DE REFUGIADOS

2024 - 2026

Brasília, junho de 2026

Guia Prático para Transformações Sociais

I59c Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH). Clima e deslocamentos humanos – guia prático para transformações sociais / Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDF); texto e pesquisa, Beatriz Bento Gargano, Diana Patricia Bolaños Erazo, Vanessa Paula Ponte. 1.ed. – Brasília, DF. IMDH, 2026.

108p.; il; 21x29,7 cm.

1. Deslocamentos humanos. 2. Direitos humanos. 3. Justiça climática. 4. Migração forçada. 5. Mudanças climáticas. 6. Refugiados.

I. Gargano, Beatriz Bento. II. Erazo, Diana Patricia Bolaños. III. Ponte, Vanessa Paula. IV. Título

CDU 314.151.3:551.583

ISBN 978-65-975927-0-8



Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados

Websites: www.acnur.org.br

www.acnur.org

www.unhcr.org

e-mail: brabr@unhcr.org.br

Telefone: (61) 3044-5744 – Fax: (61) 3044-5705



Instituto Migrações
e Direitos Humanos

Instituto Migrações e Direitos Humanos

Website: www.migrante.org.br

Facebook: [institutomigracoes](https://www.facebook.com/institutomigracoes)

Instagram: [@institutomigracoes/](https://www.instagram.com/institutomigracoes/) [@projeto.nansen2024](https://www.instagram.com/projeto.nansen2024/)

e-mail: imdh@migrante.org.br

imdh.diretoria@migrante.org.br

Telefone: (61) 3340-2689 – (61) 3447-8043



Projeto Clima e Deslocamentos Humanos

Website: <https://www.migrante.org.br/clima-e-deslocamentos-humanos/>

Instagram: [@projeto.nansen2024](https://www.instagram.com/projeto.nansen2024/)

LinkedIn: <https://br.linkedin.com/company/clima-e-deslocamentos-humanos>

E-mail: projeto.nansen@migrante.org.br

QR CODE

Projeto NANSEN



Realização



Instituto Migrações
e Direitos Humanos



Fundação
Scalabrini
COM MIGRANTES E REFUGIADOS



rede
infâncias
protagonistas
migração * arte * educação

Apoio



**UNHCR
ACNUR**
Agência da ONU para refugiados

Ficha Técnica

EDITOR RESPONSÁVEL

Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH)

CONSELHO DIRETOR

Presidente: Ir. Rosita Milesi

Tesoureiro: Osmar Favretto

Secretária: Ir. Marileda Baggio

APOIO

Alto Comissariado das Nações Unidas
para Refugiados (ACNUR)

PARCERIA

Congregação das Irmãs Scalabrinianas

Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra)

Rede Infâncias Protagonistas: migração,
arte e educação

Scalabrinian Foundation

COMITÊ GESTOR

Davide Torzili – ACNUR Brasil

Hugo Leonardo Bezerra – MEC

Luciana Hartmann – Rede Infâncias Protagonistas/UnB

Marcia M. de Oliveira – UFRR/Roraima

Pelagie Angey Wanitho – Refugiada RDC

Robert Montinard (Bob) – Migrante/Haiti/Mawon

Rosita Milesi – IMDH

Susana Martinez – CSVN/UnB

Tania Tonhati – LAEMI/UnB

Victor Frank Semple – DEMIG/MJSP

TEXTO E PESQUISA

Beatriz Bento Gargano

Diana Patricia Bolaños Erazo

Vanessa Paula Ponte

REVISÃO TÉCNICA

Ana Julia Trindade

Luciana Hartmann

Miguel Pachioni

Rosita Milesi

Silvia Sander

REDE CRISE CLIMÁTICA E DESLOCAMENTOS HUMANOS

Coordenador: Roberto Vilchez Yamato

COMUNICAÇÃO

Adriano Barcelos

Aurora A. Lehmann

Durval Matheus K. Souza

Fabricio Preto

Miguel Pachioni

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Agência DUO Design

Dedicatória

Este guia nasceu de muitas mãos.

De escolas que abriram suas portas. De universidades que caminharam lado a lado. Da equipe do Instituto Migrações e Direitos Humanos, dedicada e incansável, que nos edifica com sua sensibilidade e trabalho. De instituições da sociedade civil que, há anos, sustentam com dedicação e afeto o trabalho silencioso da acolhida.

E, sobretudo, de crianças, famílias, migrantes e refugiados, brasileiros e brasileiras, que compartilharam suas histórias — as mais delicadas, as mais corajosas — e nos ensinaram que o encontro verdadeiro transforma a todos e todas.

A todas as pessoas e instituições que tornaram este guia possível: obrigada por acreditarem que acolher é um ato de amor e de justiça. Esta obra é, antes de tudo, de vocês.

**“Cuidar da natureza
é preservar a vida
e honrar a nossa
humanidade.”**

Foto no Centro de Sustentabilidade de
Boa Vista/Roraima, 2024

Sumário

12	Introdução	
	O Projeto Nansen: Ponto de Partida	13
22	Capítulo 1	
	Oficinas "Caminhos da Justiça Climática e Deslocamentos Humanos": percursos da formação	
	1.1 Passo a passo metodológico: desenhando o caminho	23
	1.2 Resultados e descobertas: marcos do percurso	44
	Resultados qualitativos: colhendo caminhos da justiça climática no Brasil	46
66	Capítulo 2	
	Ação "Jardins das Infâncias Refugiadas e Migrantes": Caminhos Cultivados	
	2.1 Desenhando o Caminho	72
	2.2 Resultados e descobertas: frutos do caminho	80

82

Capítulo 3

Ementa universitária: dos territórios vividos aos espaços institucionais de saber

Ementa: crises climáticas e deslocamentos humanos

84

Seções temáticas

85

Sugestões de exercícios práticos

87

90

Considerações Finais

Abrindo trilhas para políticas públicas

Caminhos que se encontram: síntese de uma jornada coletiva

91

Orientações para políticas públicas: da experiência vivida à ação institucional

94

100

Apêndices



Introdução

O Projeto Nansen: ponto de partida



Faz-se o caminho caminhando. Este Guia Prático nasce precisamente dessa sabedoria: de caminhos trilhados com cuidado, compromisso e esperança. Ele é fruto do Prêmio Global Nansen de Refugiados 2024, conferido à Irmã Rosita Milesi pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), em reconhecimento a uma vida dedicada à defesa intransigente dos direitos de pessoas em situação de refúgio e migração.

A concessão do Prêmio Nansen em reconhecimento à trajetória de Irmã Rosita e ao trabalho do Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH), transcende o individual para alcançar a dimensão do Brasil. Este prêmio não permaneceu como medalha guardada, mas se transformou em legado concreto de aplicabilidade por todo o território nacional. O país soube acolher esse reconhecimento internacional e traduzi-lo em ações que valorizam e sistematizam a riqueza de experiências, práticas e saberes que emergiram ao longo de décadas de trabalho com populações refugiadas e migrantes. Com a premiação, foi possível concretizar o Projeto "Clima e Deslocamentos Humanos", desenvolvido em parceria entre o IMDH e o ACNUR ao longo de 2025 e 2026, demonstrando como o Brasil pode converter honrarias em horizontes de transformação social.

Este projeto emerge como resposta a uma questão urgente que perpassa não apenas o Brasil, mas o planeta como um todo: a conexão profunda entre a crise climática e os deslocamentos humanos. Embora esta realidade redesenhe territórios e vidas em todo o planeta, ela permanece insuficientemente reconhecida e divulgada. Os dados do ACNUR são

contundentes: três quartos dos mais de 120 milhões de deslocados forçados no mundo vivem em países fortemente impactados pelas mudanças climáticas, e mais de 70% dos refugiados e solicitantes de asilo são provenientes de países altamente vulneráveis ao clima. Somente na última década, eventos extremos relacionados ao clima causaram 220 milhões de deslocamentos. Diante desses números alarmantes e das enchentes, secas prolongadas e queimadas recorrentes que marcam profundamente a realidade brasileira e mundial, reunir forças em torno da mitigação desses impactos tornou-se inadiável.



Filippo Grandi entrega prêmio à Irmã Rosita em Genebra



Para o IMDH, este projeto materializa uma convicção fundante: a educação como ferramenta de transformação social. É na formação de consciências, no cultivo de sensibilidades, e na construção coletiva de saberes que residem as sementes das mudanças necessárias. Por isso, as quatro trilhas estratégicas do projeto foram cuidadosamente pensadas para articular processos formativos com comunicação, produção de conhecimento e incidência política:

Trilha 1 – Formação: trilhas do semear constituiu



o coração pulsante do projeto, compreendendo oficinas formativas dirigidas a adultos e crianças, refugiados, migrantes e brasileiros nas temáticas de justiça climática e deslocamentos humanos. Este eixo envolveu em torno de 620 pessoas em treze cidades das cinco regiões brasileiras através de duas ações principais: as oficinas "Caminhos da Justiça Climática e Deslocamentos Humanos", realizadas com aproximadamente 320 adultos em quatro regiões, e a ação "Jardins das Infâncias Refugiadas e Migrantes" que envolveu mais de 300 crianças em dez instituições distribuídas nas cinco regiões. O objetivo geral deste eixo foi promover a sensibilização e formação crítica sobre as intersecções entre mudanças climáticas e migrações forçadas. Enquanto os objetivos específicos incluíram: desenvolver consciência socioambiental nas comunidades afetadas; fortalecer o protagonismo de pessoas em situação de deslocamento; produzir conhecimento situado a partir das experiências dos participantes; e capacitar multiplicadores para a replicação das metodologias em outros espaços.



Trilha 2 – Comunicação e Narrativas: estradas da palavra produziu materiais audiovisuais com linguagem visual sensível, desenvolveu conteúdo para plataformas digitais (Instagram, Facebook e LinkedIn), criou narrativas humanizadoras em redes sociais e produziu materiais de suporte aos debates públicos proferidos pela premiada Irmã Rosita Milesi.



Trilha 3 – Saberes Compartilhados: trilhas do saber institucionalizou conhecimentos através da publicação do Caderno de Debates nº 19, e da elaboração de proposta de ementa da disciplina "Clima e Deslocamentos Humanos" para implementação na Universidade de Brasília e Universidade Federal de Roraima. Esta ementa universitária representa simbolicamente os dois aspectos centrais do projeto: por um lado, "Clima e Deslocamentos Humanos" como conteúdo — um campo de conhecimento interdisciplinar que articula ciências sociais, direito internacional, ecologia política e estudos migratórios; por outro lado, a educação e a formação como caminho — a aposta na dimensão pedagógica e transformadora dos processos de ensino-aprendizagem como estratégia fundamental para enfrentar os desafios das migrações climáticas.



Trilha 4 – Mobilização e Incidência: caminhos coletivos dedicou-se à articulação do comitê gestor, à criação da rede permanente "Clima e Deslocamentos Humanos", à participação estratégica de Irmã Rosita Milesi na COP30 em Belém, e ao desenvolvimento de *advocacy* para influência em políticas públicas.

Todas essas trilhas foram desenhadas a partir de um princípio que Irmã Rosita Milesi sempre insistiu ao longo de sua trajetória: a esperança. Não a esperança passiva que aguarda, mas a esperança ativa que semeia, que caminha, que transforma. A esperança que compreende que na caminhada, ninguém fique para trás, e que os caminhos da justiça climática só podem ser trilhados coletivamente, com aqueles e aquelas que vivenciam na própria pele os impactos das mudanças climáticas e das migrações forçadas — não como objetos de políticas, mas como sujeitos portadores de saberes insubstituíveis e protagonistas de suas próprias histórias.





Sobre este guia: o mapa dos caminhos que você tem em mãos

Este material carrega uma tripla intencionalidade que merece ser explicitada desde o início:

Primeira intenção: compartilhar caminhos metodológicos para que possam ser trilhados novamente. As páginas seguintes apresentam em detalhes as metodologias das oficinas “Caminhos da Justiça Climática e Deslocamentos Humanos”, da ação “Jardins das Infâncias Refugiadas e Migrantes”, e da ementa universitária “Crises Climáticas e Deslocamentos Humanos”. Este guia foi pensado com um objetivo central: viabilizar a replicabilidade dessas experiências em outros contextos e territórios. Acreditamos que as metodologias aqui sistematizadas — justamente por terem sido concebidas com recursos acessíveis e materiais simples — podem e devem ser recriadas, adaptadas e multiplicadas por educadores, gestores públicos, organizações da sociedade civil, pesquisadores e docentes universitários em diferentes regiões do Brasil e além. A facilidade de replicação não é um detalhe técnico, mas uma escolha política: a justiça climática deve ser democraticamente construída, e nenhuma comunidade, escola ou universidade deve ser impedida de engajar-se nessa construção por falta de recursos materiais ou conhecimentos especializados.

Segunda intenção: apresentar os frutos dos cursos realizados. Este guia documenta e analisa as experiências formativas que mobilizaram centenas de pessoas em diferentes biomas e territórios brasileiros entre setembro e novembro de 2025. As sínteses analíticas aqui apresentadas revelam as vozes dos participantes, suas percepções sobre as intersecções entre crise climática e migração, suas

vulnerabilidades e resistências, suas propostas e horizontes de expectativa — oferecendo subsídios valiosos para a formulação de políticas públicas atentas às necessidades reais das comunidades afetadas. Documentamos não apenas o que foi feito, mas o que foi aprendido, sentido e projetado por tantas pessoas que generosamente compartilharam suas histórias e saberes.

Terceira intenção: oferecer uma devolutiva aos participantes. Este guia se configura como reconhecimento e agradecimento profundo a todos os atores – crianças e adultos, alunos e professores, lideranças comunitárias, refugiados e migrantes, brasileiros e brasileiras - que generosamente compartilharam suas histórias, saberes e esperanças nas oficinas e jardins realizados. Sem suas contribuições, este material simplesmente não existiria. Ao sistematizar e tornar públicas essas experiências, buscamos honrar a confiança depositada e garantir que as vozes dos participantes alcancem outros territórios, inspirem outras práticas e incidam sobre políticas públicas. Vocês não foram objeto de pesquisa, mas, sim, co-autores deste conhecimento.

Como todo bom mapa, este guia oferece orientações sem limitar os passos. Não se trata de um manual rígido de instruções, mas de uma partilha generosa de caminhos percorridos que podem inspirar novos percursos. As dinâmicas são descritas com detalhamento suficiente para serem recriadas, mas também com abertura suficiente para serem adaptadas às realidades locais, às especificidades culturais, às urgências territoriais de cada contexto. A ementa universitária funciona como matriz geradora que pode ser apropriada por diferentes disciplinas e instituições, reorganizando seus eixos conforme as necessidades pedagógicas de cada curso.

Este material foi elaborado para alcançar públicos diversos e complementares:



Escolas públicas e privadas

que buscam trabalhar os temas da justiça climática e das migrações com seus estudantes, desde a educação infantil até o ensino médio;



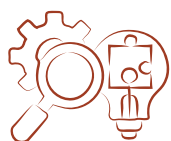
Organizações da sociedade civil

que atuam diretamente com populações refugiadas e migrantes e buscam metodologias participativas de formação;



Universidades e docentes

de diferentes disciplinas (Antropologia, Sociologia, Serviço Social, Relações Internacionais, Direito, Gestão Pública) interessados em incorporar a temática em seus currículos;



Pesquisadores e estudantes universitários

dedicados ao estudo das migrações, mudanças climáticas, justiça ambiental e direitos humanos;



Gestores públicos

responsáveis por políticas de meio ambiente, assistência social, educação e acolhimento de migrantes;



Profissionais

que trabalham em centros de acolhida, serviços de assistência social e programas de integração;



Educadores populares

que atuam em movimentos sociais, coletivos comunitários e espaços não-formais de educação.

Essa multiplicidade de destinatários não é casual: ela reflete a compreensão de que a crise climática e os deslocamentos forçados exigem respostas que articulem prática cotidiana, análise acadêmica, mobilização social e ação institucional.



Estrutura do guia: três caminhos, um horizonte comum

As páginas que se seguem organizam-se como uma jornada em três grandes etapas, cada uma revelando diferentes dimensões do projeto:

Capítulo 1 – Oficinas “Caminhos da Justiça Climática e Deslocamentos Humanos”: percursos da formação apresenta a metodologia completa das oficinas realizadas com aproximadamente 320 adultos em cinco cidades (Rio de Janeiro, Belém, Manaus, Canoas e Brasília). O capítulo descreve passo a passo os dez momentos que compõem a jornada formativa — do acolhimento inicial à construção coletiva de propostas de políticas públicas — e analisa em profundidade os resultados obtidos em cada território. Aqui

you will find not only the “how to do”, but also the “what emerged”: the injustices named, the resistances practiced, the horizons projected by people who live the intersections between climate crisis and forced displacement. Each city revealed a “climate DNA” — the traumatic floods in Canoas (RS), the extreme heat and demands for territorial Warao in Belém (PA), the fight for work and housing in Manaus (AM), the state responsibility in Rio de Janeiro, the redistributive debate in Brasília (DF) — demonstrating that climate justice must be built in a situated way, attentive to the specificities of each context.

Capítulo 2 – Ação “Jardins das Infâncias Refugiadas e Migrantes”: caminhos cultivados

This chapter documents the methodology and the results of the action carried out in partnership with the Rede Infâncias Protagonistas, coordinated by professor Luciana Hartmann, with years of experience

e expertise no trabalho com as infâncias. A ação alcançou mais de 300 crianças em dez instituições educativas distribuídas nas cinco regiões do país e cinco dos seis biomas brasileiros.

Por meio de atividades lúdicas como contação de histórias, desenhos, músicas, brincadeiras e do plantio de mudas nativas de cada região, crianças migrantes, refugiadas e brasileiras construíram conhecimentos sobre sustentabilidade, pertencimento e cuidado com o território. Este capítulo evidencia a potência das infâncias como sujeitos políticos capazes de elaborar reflexões complexas sobre justiça climática em suas próprias linguagens, e oferece um roteiro detalhado para que educadores possam replicar os jardins em suas escolas, comunidades e espaços educativos.



Capítulo 3 – Ementa Universitária “Crises Climáticas e Deslocamentos Humanos”: Dos Territórios Vividos aos Espaços Institucionais de Saber que apresenta a proposta completa de disciplina universitária que institucionaliza os saberes gerados nas oficinas e jardins, traduzindo-os em conteúdo programático, bibliografia especializada e exercícios práticos. A ementa articula perspectivas sociológicas e antropológicas sobre migrações climáticas, organiza-se em seis seções temáticas (das bases epistemológicas às propostas de políticas públicas), e inclui componente extensionista que cria pontes entre universidade e comunidade. Este capítulo demonstra como os conhecimentos produzidos nas bases — nos ‘post-its’ das oficinas, nos desenhos das crianças, nas propostas dos laboratórios comunitários — podem e devem circular pelos espaços acadêmicos, formando profissionais preparados para atuar nas intersecções entre crise climática, mobilidade humana e justiça social.

Considerações Finais – Horizontes para políticas públicas que sintetizam os aprendizados da jornada e traduzem as experiências documentadas em orientações concretas para formulação de políticas públicas. Baseadas em evidências empíricas coletadas ao longo do projeto e validadas pelas vozes de mais de 900 participantes, essas orientações abrangem desde políticas intersetoriais de proteção até marcos legais de reconhecimento, passando por infraestrutura preventiva, educação transformadora, formação universitária e participação social. Não são recomendações abstratas, mas propostas viáveis fundamentadas no que as pessoas que viveram a crise climática identificaram como necessário e urgente.



Um convite para caminhar junto

Este guia prático não é apenas um documento técnico — é um convite. Convite para caminhar junto na construção de respostas coletivas à crise climática que sejam também respostas à crise humanitária dos deslocamentos forçados. Convite para escutar vozes frequentemente silenciadas nas discussões sobre clima: migrantes, refugiados, crianças, povos indígenas, moradores de periferias. Convite para reconhecer que quem mais sofre os impactos da crise climática não são vítimas passivas, mas protagonistas de resistências criativas e formuladores de propostas transformadoras. Convite para semear — em salas de aula, em universidades, em comunidades, em territórios marcados pelas enchentes ou pelo calor extremo — percursos formativos que cultivem consciência crítica, solidariedade e compromisso com a justiça.

Mais de 600 pessoas já aceitaram esse convite e caminharam conosco entre setembro e novembro de 2025. Plantaram árvores que levarão anos para crescer, mas que já marcam o território com a promessa de sombra futura. Colaram post-its nomeando dores que precisavam ser ditas e esperanças que precisavam ser compartilhadas. Construíram propostas de políticas públicas fundamentadas em suas experiências vividas. Desenharam caminhos, cantaram em várias línguas, cuidaram de sementes, formaram redes de apoio. Demonstraram, na prática, que se faz o caminho caminhando — e que quando caminhamos juntos, o caminho se faz mais iluminado, mais largo, mais acolhedor.

Agora é sua vez de caminhar. Use este guia como bússola, não como trilho. Adapte as metodologias à sua realidade. Escute as vozes do seu território. Plante suas próprias sementes. E quando colher os frutos, compartilhe-os generosamente, porque os caminhos da justiça climática só se completam quando se multiplicam.



Como recordou Irmã Rosita:

“ o caminho se
faz caminhando ”

— António Machado, poeta espanhol (1875–1939).

Este guia é testemunho de que centenas de pessoas já estão caminhando. Que estas páginas ajudem muitas outras a se juntarem à caminhada, até que os caminhos da justiça climática se tornem estradas largas por onde todos possam transitar com dignidade, segurança e pertencimento.

Boa caminhada!



Capítulo 1

Oficinas “Caminhos da Justiça Climática e Deslocamentos Humanos”: Percursos da Formação



A oficina: onde começam os caminhos



Esta metodologia emerge da escuta cuidadosa que o IMDH pratica no trabalho cotidiano com pessoas refugiadas, migrantes e deslocadas de diferentes idades, nacionalidades e gêneros, assim como da Rede Infâncias Protagonistas, em sua vivência junto a crianças e adolescentes afetadas pelas consequências desastrosas dos desequilíbrios climáticos. É da escuta de suas histórias de travessia, de suas estratégias de sobrevivência, de suas leituras agudas sobre as crises climáticas e políticas que as forçaram ao deslocamento, que se teceu esta proposta formativa. Porque são elas e eles — cujos corpos carregam as marcas das enchentes, das secas, dos deslocamentos forçados — que melhor podem nos ensinar sobre os caminhos necessários de mitigação da crise.

A **oficina “Caminhos da Justiça Climática e Deslocamentos Humanos”** foi concebida como um percurso formativo de um dia inteiro, estruturado em dez momentos que se conectam como trilhas de uma mesma jornada. Cada momento foi cuidadosamente

nomeado e desenhado para honrar tanto os conhecimentos técnicos quanto os saberes vivenciais, tanto a construção coletiva quanto a reflexão individual, tanto o diagnóstico das vulnerabilidades quanto a construção de horizontes de transformação.

1.1 Passo a passo metodológico: desenhando o caminho



VISÃO GERAL DA OFICINA

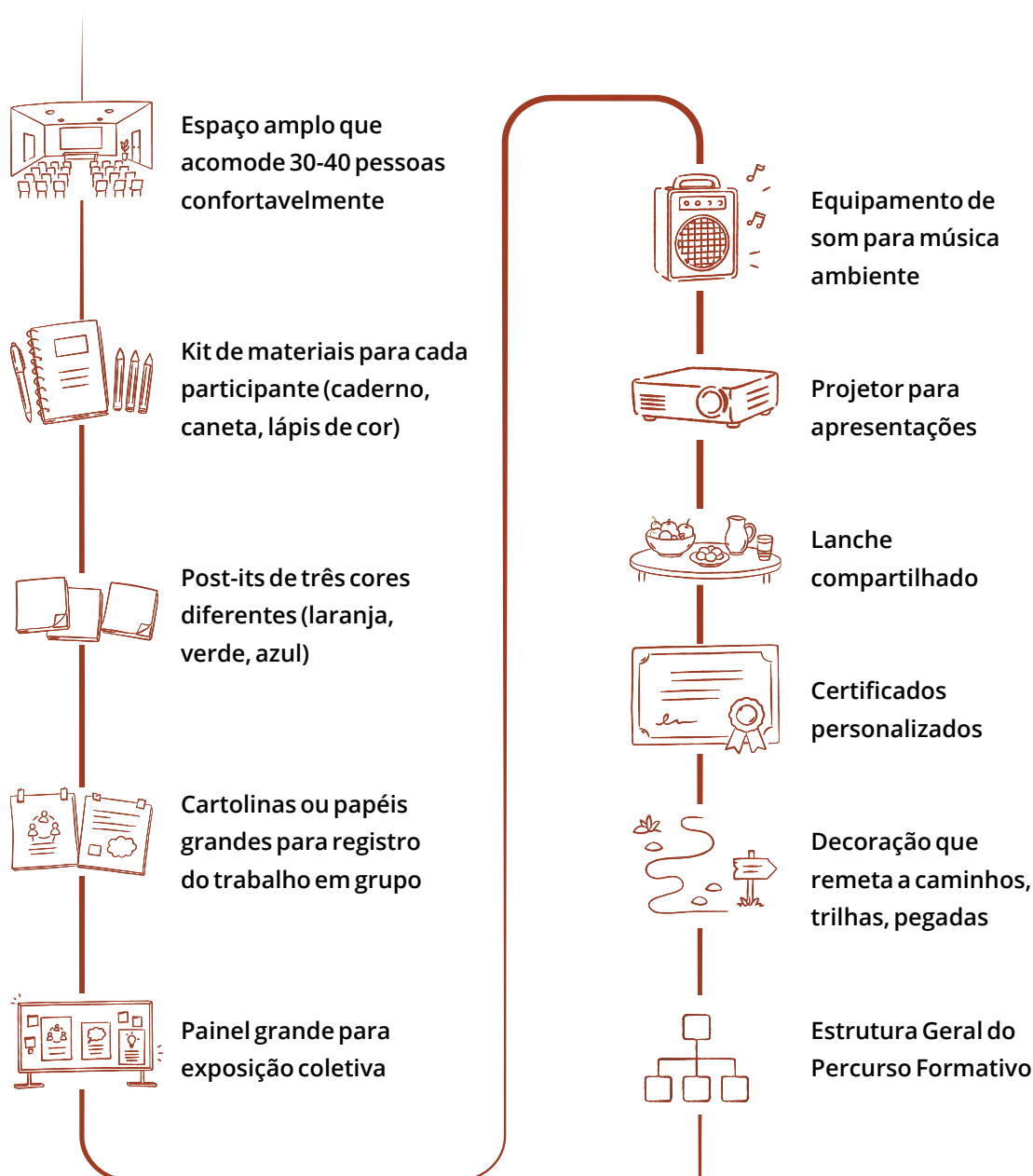
A oficina tem como objetivo abordar a interface entre crises climáticas e deslocamentos humanos, privilegiando as perspectivas e vozes dos próprios sujeitos afetados por esses processos. Voltada para públicos diversos – incluindo pessoas refugiadas e migrantes, organizações da sociedade civil que atuam com a temática, pesquisadores e demais interessados –, a proposta busca construir pontes entre diferentes

saberes e experiências, promovendo um diálogo horizontal entre os diversos atores sociais.

Desenhada para ser aplicada em diferentes contextos e com pessoas de diversas realidades sociais, econômicas e culturais, a oficina utiliza recursos simples e de baixo custo, facilitando sua replicação por variados grupos e organizações.

A oficina organiza-se como uma caminhada formativa que parte do acolhimento e atravessa diferentes espaços do conhecimento, das emoções e da ação, culminando na construção coletiva de propostas concretas de intervenção comunitária. A duração total de 8 horas permite o aprofundamento necessário sem esgotar as pessoas participantes, alternando momentos mais densos com pausas para cuidado, reflexão pessoal e integração.

RECURSOS E MATERIAIS INDICADOS:



Caminho da chegada: "pisando o mesmo chão"

(Duração: 30 minutos)



↳ **O que é:** Este é o momento do encontro, quando pessoas que antes eram estranhas começam a se reconhecer como companheiras de uma mesma jornada. Aqui, nos apresentamos não apenas com nomes e procedências, mas com as bagagens que carregamos e os destinos que buscamos.

↳ **Sentido deste caminho:** Como pessoas refugiadas e migrantes que atravessam fronteiras carregando em suas bagagens e corpos as marcas da vida — as cicatrizes das travessias, a saudade dos territórios deixados para trás, o peso das perdas —, mas também os conhecimentos ancestrais, as línguas maternas, as receitas de comida que conectam com a terra natal, nós também chegamos a esta oficina carregando algo. A dinâmica “Bagagem e Destino” honra essas cargas invisíveis: cada participante se apresenta compartilhando uma

palavra que traz consigo (preocupação, medo, cansaço, esperança) e uma palavra que deseja encontrar neste espaço (acolhimento, respostas, companhia, força).

↳ **Objetivos:**

- **Geral:** Criar ambiente seguro e acolhedor para o trabalho formativo.
- **Específicos:** Promover integração inicial entre participantes; estabelecer conexão afetiva com a temática; identificar expectativas e necessidades do grupo.

↳ **Como foi idealizada sua aplicação:** A dinâmica foi pensada para substituir apresentações formais e protocolares por um gesto de vulnerabilidade compartilhada.

Ao nomear o que trazemos e o que buscamos, iniciamos um pacto implícito de cuidado mútuo.

↳ **Resultados na prática:** Nas oficinas realizadas, este momento inicial revelou-se fundamental para estabelecer o tom afetivo e horizontal de toda a jornada.

Palavras como “solidão”, “dúvida” e “dor” foram frequentemente trazidas, enquanto “esperança”, “união” e “força” emergiam como destinos coletivos. A facilitação encerra afirmando: Vamos ajudar uns aos outros a encontrar as palavras que cada um deseja” — estabelecendo desde o início que esta é uma jornada de ajuda mútua.

Caminho da inspiração: seguindo pegadas de quem abriu as trilhas (Duração: 30 minutos)



↳ **O que é:** momento em que conhecemos a história do Prêmio Nansen, a trajetória de Irmã Rosita Milesi, e compreendemos como esta oficina se insere numa história maior de luta pelos direitos humanos e justiça climática.

↳ **Sentido deste caminho:** nenhum caminho se faz do zero. Antes de nós, outras pegadas já marcaram o chão — as de Irmã Rosita que dedicou décadas à defesa

de pessoas refugiadas, as de tantas pessoas ativistas que conectaram crise climática e direitos humanos, as de comunidades que resistiram criativamente aos deslocamentos forçados. Este momento é de reverência e inspiração: olhamos para trás para entender como chegamos até aqui, e para frente para vislumbrar os caminhos que ainda precisam ser abertos. A frase “se faz o caminho caminhando” deixa de ser apenas uma bela poesia para se tornar método, pois aprendemos

que os caminhos da justiça climática não estão dados, mas precisam ser inventados coletivamente, passo a passo, no próprio ato de caminhar.

↳ **Objetivos:**

- **Geral:** Contextualizar a oficina dentro da trajetória histórica de luta pelos direitos de pessoas refugiadas e migrantes.
- **Específicos:** Apresentar o Prêmio Nansen e seu significado; conectar a história de Irmã Rosita com as vidas das pessoas participantes; estabelecer a frase “se faz o caminho caminhando” como fio condutor da jornada.

↳ **Como foi idealizada sua aplicação:** através de vídeo institucional, imagens e narrativa sensível apresentados pela facilitação, que compartilha também sua própria trajetória nos caminhos da justiça climática.

↳ **Resultados na prática:** este momento funciona como portal simbólico, as pessoas participantes compreendem que não estão numa oficina qualquer, mas num espaço que carrega o legado de décadas de trabalho humanitário. Muitas se emocionam ao reconhecer suas próprias histórias na narrativa apresentada.



Caminho do conhecimento: Trilhas Cruzadas

(Duração: 1 hora)



↳ **O que é:** quiz interativo sobre as intersecções entre crises climáticas e deslocamentos humanos, onde aprendemos coletivamente através de perguntas e respostas dialogadas.

↳ **Sentido deste caminho:** conhecimento não é algo que apenas recebemos de cima para baixo, mas algo que construímos juntos, cruzando nossas experiências vividas com dados sistematizados, nossas intuições com informações técnicas. Como encruzilhadas onde diferentes caminhos se encontram, cada pergunta do quiz abre possibilidades de diálogo entre o que já sabíamos por experiência própria e o que aprendemos pela primeira vez.

Descobrimos que nossos corpos já sabiam — pelas enchentes vividas, pelos deslocamentos sofridos, pelas mudanças no clima testemunhadas — aquilo que as es-

tatísticas do ACNUR agora confirmam: 75% das pessoas deslocadas forçadamente vivem em países fortemente impactados pela crise climática. Nosso conhecimento corporificado encontra validação nos números, e os números ganham carne e sangue em nossas histórias.

↳ **Objetivos:**

- **Geral:** Construir conhecimento coletivo sobre as relações entre mudanças climáticas e migrações forçadas.
- **Específicos:** Apresentar dados e conceitos fundamentais; conectar conhecimento técnico com experiências vividas; promover debate crítico sobre causas e consequências das migrações climáticas.

↳ **Como foi idealizada sua aplicação:** quiz de 6 perguntas com votação coletiva, onde a facilitação não apenas apresenta a resposta correta, mas dialoga com as diferentes respostas escolhidas pelas pessoas participantes, valorizando os conhecimentos prévios do grupo. As perguntas elaboradas para este momento encontram-se na seção de apêndices deste guia (APÊNDICE I).

↳ **Resultados na prática:** o formato interativo mantém todas as pessoas engajadas e permite à facilitação identificar lacunas de conhecimento e mitos que precisam ser desconstruídos. Participantes frequentemente compartilham exemplos pessoais que ilustram as respostas, enriquecendo o aprendizado coletivo.

Caminho da justiça climática e deslocamentos humanos:

"Jogo dos 3 caminhos"

(Duração: 1 hora)



↳ **O que é:** dinâmica de narrativas corporais e coletivas onde mapeamos, através de três post-its coloridos, nossas experiências com crises climáticas e deslocamentos humanos — o que carregamos no corpo, como resistimos e que futuros queremos construir.

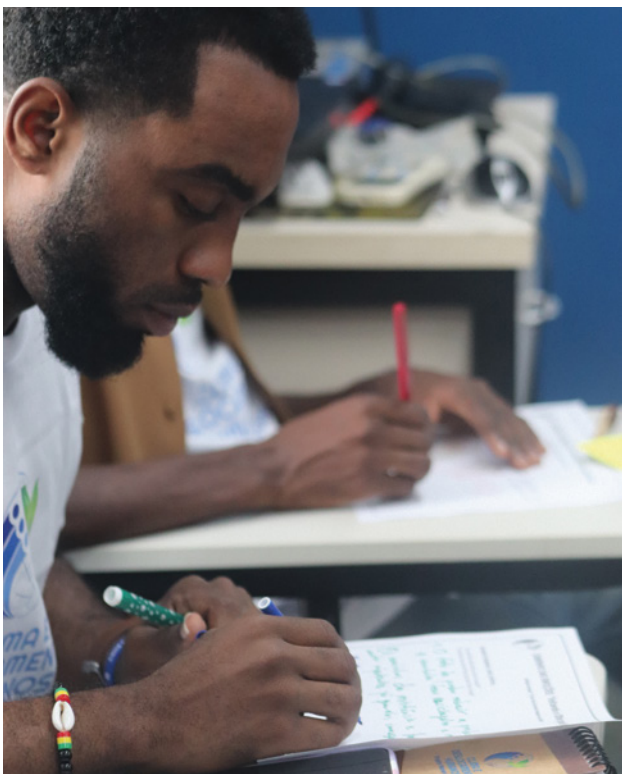
↳ **Sentido deste caminho:** nossos corpos são arquivos vivos da crise climática. Antes de falarmos sobre políticas públicas ou estatísticas globais, precisamos

reconhecer e honrar o conhecimento que carregamos em nossas próprias travessias — as enchentes que atravessamos, os deslocamentos que sofremos, as estratégias de sobrevivência que inventamos. Esta dinâmica constrói uma ponte entre experiência vivida e construção política: partimos do corpo para chegar ao horizonte, passando pelas resistências que já praticamos. Não se trata de extrair depoimentos para comprovar dados, mas de reconhecer que nossas narrativas

são fundamento legítimo para pensar justiça climática. Como diz o provérbio africano: “Até que os leões tenham seus próprios historiadores, as histórias de caçada continuarão glorificando o caçador.”

↳ **Objetivos:**

- Validar o conhecimento corporificado das pessoas participantes como fonte legítima para pensar justiça climática;
- Criar um mapa coletivo que conecte experiências pessoais com dimensões estruturais das crises climáticas;
- Identificar estratégias de resistência já praticadas pelas comunidades como ponto de partida para novas ações;
- Construir coletivamente os horizontes políticos que orientarão as propostas de intervenção.



↳ **Desenvolvimento da dinâmica:**

- **1. Explicação das três dimensões** (15 min) O facilitador explica que desenvolveremos juntos os caminhos da justiça climática e dos deslocamentos humanos através de três dimensões. Cada dimensão corresponde a uma cor de post-it:
 - **Post-it 1 - O que carregamos no corpo:** tudo aquilo que vivemos e carregamos — as histórias e memórias das travessias, como as crises climáticas atingiram nossos corpos, casas, famílias. São as marcas corporais da emergência climática: o calor insuportável, a enchente que invadiu a casa, a seca que matou a plantação, o deslocamento forçado.
 - **Post-it 2 - Caminhos da resistência:** as estratégias que usamos para vencer as pedras do caminho. Como resistimos individualmente e coletivamente — os mutirões organizados, as redes de solidariedade tecidas na urgência, os saberes ancestrais mobilizados para sobreviver, as gambiarras criativas que nos permitiram seguir.
 - **Post-it 3 - Horizontes da caminhada:** tudo aquilo que achamos que deve ser construído — as políticas públicas necessárias, as estratégias de mitigação da crise climática, os direitos que precisam ser garantidos, os futuros que queremos habitar.
- **2. Escrita individual** (20 min) - Cada participante escreve suas reflexões nos três post-its em silêncio, num ritmo próprio. O facilitador circula oferecendo apoio a quem precisar.

- **3. Construção do mural coletivo** (10 min) - Participantes colam seus post-its no mural, organizados por dimensão/cor, criando um mosaico de experiências e horizontes.
- **4. Leitura compartilhada e discussão** (30 min) - Voluntariamente, participantes leem seus relatos em voz alta. Após algumas leituras, o facilitador conecta os fios que atravessam as diferentes narrativas — padrões que emergem, tensões que aparecem, convergências que se revelam.

A discussão coletiva se desenvolve organicamente: participantes fazem perguntas, conectam suas experiências com as de outras pessoas, identificam dimensões estruturais nas histórias pessoais. O mural torna-se um mapa vivo que sustentará os próximos passos da oficina.

↳ **O que fica:** um espaço narrativo compartilhado que valida nossas experiências, reconhece nossas resistências e nomeia nossos horizontes — base concreta para construir propostas de intervenção comunitária. O mural torna-se um mapa vivo de nossas experiências e horizontes, um ambiente compartilhado que sustentará os próximos passos da oficina.

↳ **Depoimentos dos caminhos:**

Nos **post-its laranjas** (o que carregamos no corpo) apareceram: “Perdi meu filho por falta de cuidados médicos. Aqui, com as tempestades eu perdi meu teto, minha casa pegou fogo. Depois, veio a enchente de novo. Graças a Deus houve solidariedade”; “Por causa da enchente não consigo creche para meus filhos ou emprego”; “Cultura, minha história, e deslizamentos. No Brasil, a língua e xenofobia”; “O mar avança a cada ano, as casas construídas perto da praia são destruídas pela erosão e as famílias precisam se mudar para o interior”; “Dificuldades com o Sol devido a mudanças drásticas do clima já que eu tinha que mendigar na rua com chuva ou

sol”; “Enchente: Para mim, foi algo que quase caio em depressão, como meus conhecidos e desconhecidos que perderam suas famílias e por tudo que trabalharam e lutaram por toda sua vida, foi catastrófico.” Um silêncio pesado costuma tomar conta da sala — é o peso coletivo das perdas reconhecidas, das dores nomeadas, das violências visibilizadas.

Nos **post-its verdes** (caminhos da resistência) surgiram: “Eu em particular, não estou fazendo muita coisa, mas desde o workshop que tive na associação dos estrangeiros, para me tornar uma facilitadora, aprendi que aquilo que eu faço pode influenciar as pessoas ao meu redor, cuido mais do meio ambiente. É, podem até dizer: Mas só isso? Lembre-se que somando pequenas atitudes e gestos alcançamos amplos efeitos que causam grandes impactos e mudanças. Espero poder ajudar mais, na melhoria do clima, futuramente”; “A força das pessoas que enfrentam situações de exclusão, violência, migração mantém sua dignidade e esperança”; “Conheço uma rede de mulheres que usa reciclagem para fazer bolsas e vender”; “Nos organizar em grupos para ajudar as pessoas sociologicamente e ajudar com os lixos, além de plantar árvores nas praças”; “Um dos caminhos para resistir e seguir adiante foi aprender a lidar com o terremoto para levar nossa família adiante e ter nosso próprio trabalho digno”; “No meu país tem um projeto chamado ‘Tininguena’ que está trabalhando muito para essa questão. Eu também estou nesse caminho de resistência, porque se eu estou sensibilizando as populações a cuidar da natureza isso já é uma contribuição para a resistência.”

Nos **post-its azuis** (horizontes da caminhada) apareceram: “Não existe justiça climática sem inclusão e inserção social plena”; “Não existe democracia política sem democracia econômica e não existe democracia econômica sem justiça climática”; “Apoio emocional para as pessoas afetadas e vulneráveis aos desastres causados pelas mudanças climáticas”; “Evitar a revitimização: Preparar a defesa civil com ajuda e participação dos migrantes nacionais e internacionais”; “A proteção

das florestas e a energia limpa precisam ser prioridade para todos os países. Precisamos agir juntos para salvar o planeta, porque é a vida de todos que está em risco”; “Se não nos preocuparmos com as mudanças climáticas, o nosso final poderá ser o mesmo dos dinossauros.”

A facilitação costuma dizer neste momento: “Vocês acabaram de fazer o que muitas políticas públicas não fazem — escutar quem vive a crise na própria pele e reconhecer que vocês não apenas sofrem com ela, mas também constroem respostas criativas todos os dias.”

Caminho do cuidado: parada para renovar as forças

(Duração: 1 hora)



↳ **O que é:** pausa para lanche compartilhado, momento de descanso e conversas informais.

↳ **Sentido deste caminho:** toda pessoa que caminha sabe que é preciso parar para descansar, hidratar o corpo, renovar as energias. Mas esta pausa não é apenas funcional — ela é pedagógica e política. Comer juntas/os, partilhar pão, contar histórias: estes são gestos ancestrais de construção de comunidade.

Na correria do mundo produtivista, esquecemos a sabedoria das pausas. Aqui recuperamos essa sabedoria. O lanche não interrompe a formação — ele é parte dela. Nas conversas informais ao redor da comida, continuamos aprendendo umas com as outras, mas agora através de outros registros: o riso compartilhado, a intimidade que se cria quando baixamos as defesas, a confiança que se constrói nos gestos pequenos de cuidado mútuo.

↳ **Objetivos:**

- **Geral:** Proporcionar descanso e nutrição necessários para a continuidade da jornada formativa.
- **Específicos:** Fortalecer vínculos entre participantes; criar espaço para conversas informais; permitir processamento das reflexões da manhã.

↳ **Como foi idealizada sua aplicação:** lanche coletivo onde todas as pessoas têm acesso à mesma comida, sem hierarquias, em ambiente descontraído com música ambiente.

↳ **Resultados na prática:** este momento revelou-se essencial para consolidar os laços grupais. A facilitação circula informalmente, sem protocolo, perguntando se alguém já está encontrando as “palavras que buscava” — mantendo assim viva a dinâmica inicial.



Caminho das emoções: voltando o olhar para dentro

(Duração: 45 minutos)



↳ **O que é:** momento de reflexão individual e expressão livre através da escrita, desenho ou outra forma criativa, onde processamos as emoções e sentimentos despertados pelo caminhar da oficina.

↳ **Sentido deste caminho:** depois de tanto olhar para fora — para os dados, para o coletivo, para o painel compartilhado —, voltamos o olhar para dentro. Que terremotos interiores esta oficina provocou? Que memórias despertou? Que esperanças fez germinar?

As emoções não são ruídos que atrapalham o pensamento político — são ferramentas de conhecimento, instrumentos de reconhecimento de si e de encontro com o outro. Quando nomeamos o que sentimos diante da injustiça climática, quando desenhamos a dor do deslocamento ou a força da resistência, estamos

fazendo política com todo nosso ser, não apenas com nossas ideias.

Em silêncio, cada pessoa dialoga consigo mesma, registra em papel aquilo que as palavras ditas em público talvez não conseguissem alcançar. Algumas desenham suas travessias, outras escrevem cartas para si mesmas ou para pessoas queridas distantes, outras simplesmente rabiscam as emoções que não cabem em formas reconhecíveis. Este é o momento de escuta interior, protegido pela música reflexiva e pelo silêncio respeitoso do grupo.

Não estamos fugindo do coletivo — estamos nos preparando para retornar a ele com mais clareza sobre aquilo que carregamos e sobre aquilo que podemos oferecer. Fazer pausas não é perder tempo, é permitir

que tudo que vivemos se assente em nós, encontre seu lugar, ganhe sentido. Para proporcionar este momento, foi criada uma folha de atividades para que os participantes pudessem se expressar (APÊNDICE II).

↳ **Objetivos:**

- **Geral:** Proporcionar espaço para processamento individual das experiências coletivas da manhã.
- **Específicos:** Permitir elaboração emocional das reflexões; conectar aprendizados com trajetórias pessoais; identificar quais conhecimentos mais ressoaram em cada participante; reconhecer as emoções como dimensão política legítima da luta por justiça climática.

↳ **Desenvolvimento da dinâmica:**

- **1. Preparação do ambiente** (5 min) - O facilitador convida o grupo a encontrar um lugar confortável na sala e explica que agora faremos uma pausa necessária para olhar para dentro. Uma música instrumental suave é ligada, criando uma atmosfera que convida à refletir. O facilitador explica que este é um momento para deixar emergir livremente as emoções e sentimentos que o caminhar da oficina despertou — não há forma certa ou errada de expressar o que se sente.
- **2. Reflexão silenciosa e expressão livre** (30 min) - Cada participante recebe papel, canetas coloridas e outros materiais disponíveis. O facilitador convida: “Olhem para as emoções não como algo que atrapalha nosso pensamento, mas como ferramenta política, como forma de reconhecimento de si e de encontro com o outro. O que vocês sentem depois de tudo que vivemos hoje? Como seus corpos e corações responderam ao que ouvimos e compartilhamos?” As pessoas escolhem sua própria forma de re-

gistro: escrita, desenho, colagem de palavras, cartas, poesia, rabiscos abstratos. O facilitador circula silenciosamente, respeitando a intimidade de cada pessoa, disponível para quem precisar de apoio, mas sem interromper a dinâmica.

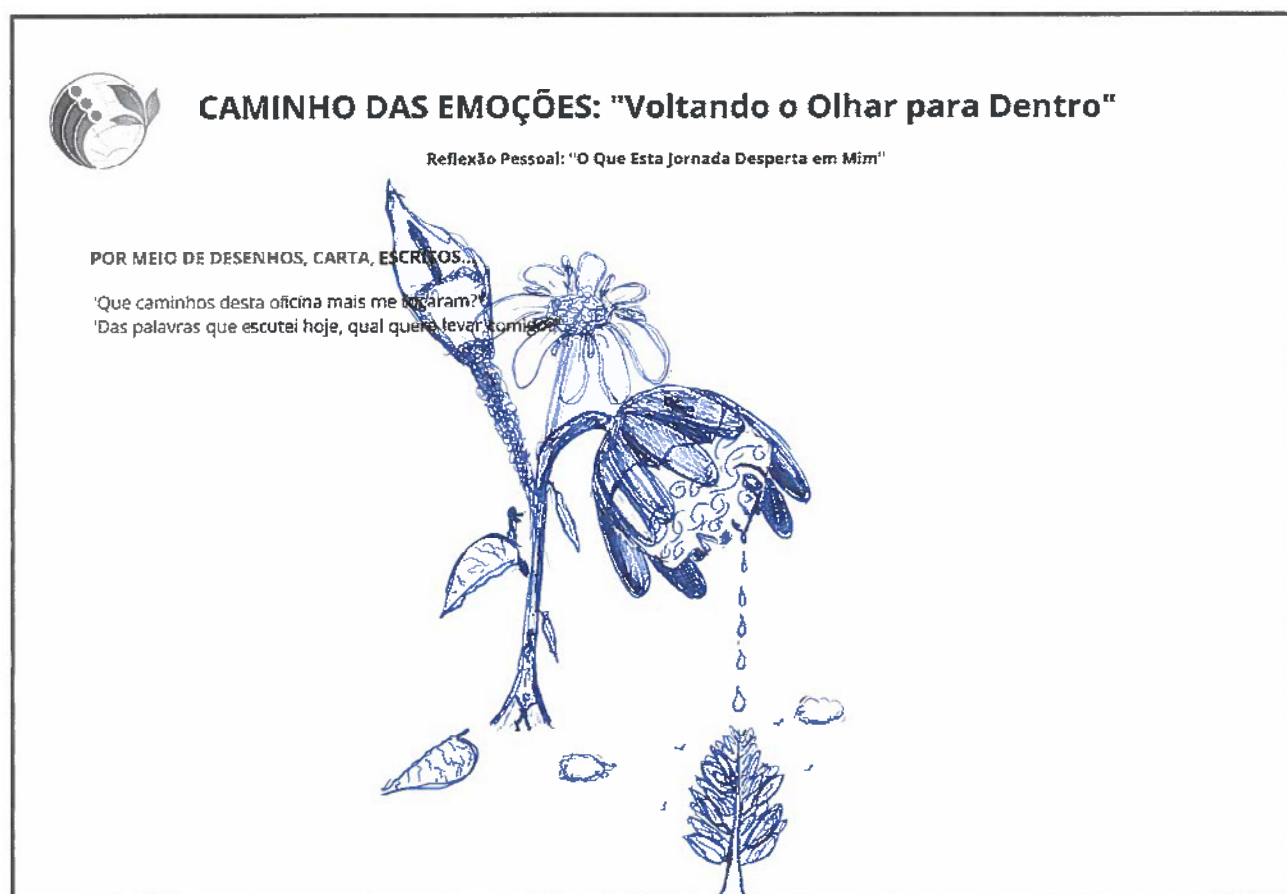
- **3. Compartilhamento voluntário** (10 min) - O facilitador convida quem desejar a apresentar seus desenhos, textos ou reflexões. Não há obrigatoriedade — apenas quem se sentir à vontade compartilha. Este momento cria uma ponte entre o individual e o coletivo, mostrando como emoções pessoais reverberam experiências compartilhadas.



O facilitador encerra destacando a importância de fazer pausas, de entender e processar tudo que vivemos, de reconhecer que cuidar das nossas emoções é parte fundamental da construção de caminhos de justiça climática sustentáveis.

↳ **Resultados na prática:** no caminho das emoções produziram-se desenhos, poesias, canções, cartas, palavras-chave e diversas formas de memórias do corpo expressas imagneticamente, criando um acervo de emoções que pode ser analisado como

testemunho vivo da oficina. Cada produção carrega as marcas afetivas do processo formativo — são documentos sensíveis que registram não apenas o que foi pensado, mas o que foi sentido, corporificado, vivido. Este acervo constitui um arquivo emocional das oficinas, material precioso para compreender como a justiça climática é experimentada nas dimensões mais íntimas da existência. O exemplo a seguir apresenta a produção de um dos participantes da oficina realizada em Brasília, expressando o que sentia no momento da dinâmica:



Caminho da ação: construindo trilhas coletivas

(Duração: 1 hora e 45 minutos)



↳ **O que é:** trabalho em grupos pequenos para elaboração de propostas concretas de intervenção comunitária relacionadas à mitigação da crise climática ou sensibilização da comunidade.

↳ **Sentido deste caminho:** depois de diagnosticar, de sentir, de refletir, é hora de construir. Não basta entender o mundo — é preciso transformá-lo. Divididas em grupos de cerca de 10 pessoas, nos tornamos laboratórios de futuro: imaginamos e planejamos ações concretas que podemos implementar em nossas comunidades.

Não são sonhos vagos, mas projetos desenhados com atenção aos detalhes: o que fazer, como fazer, com quem fazer, que recursos precisamos, que resultados esperamos. Como arquitetos sociais, desenhamos caminhos que ainda não existem mas que

podem vir a existir se houver compromisso coletivo. Algumas propostas nascem ousadas e ambiciosas, outras modestas mas viáveis — todas igualmente válidas, pois todas partem do mesmo lugar de compromisso com a transformação.

Aqui se materializa a frase de Irmã Rosita: fazemos o caminho caminhando, e o fazemos juntas.

↳ **Objetivos:**

- **Geral:** Construir propostas concretas de intervenção comunitária para enfrentar a crise climática e apoiar populações em deslocamento.
- **Específicos:** Desenvolver capacidade de planejamento coletivo; articular diagnósticos com

propostas de ação; identificar recursos e parcerias necessárias; fortalecer senso de agência das pessoas participantes.

↳ **Como foi idealizada sua aplicação:** metodologia “Laboratório de Caminhos Comunitários” estruturada em cinco perguntas orientadoras (O QUÊ, COMO, COM QUEM, OBJETIVOS, IMPACTOS), com tempo específico para cada etapa e sistematização em cartolina (APÊNDICE III).

↳ **Resultados na prática:** Este é o momento de maior energia criativa e engajamento. Os grupos trabalham intensamente, discutem, negociam prioridades, fazem cálculos, desenham fluxogramas. Surgem propostas diversas: hortas comunitárias adaptadas ao clima, sistemas de alerta precoce para enchentes, campanhas de sensibilização em escolas, grupos de apoio para migrantes climáticos, *advocacy* junto a prefeituras. A sala ferve de possibilidades.

Caminho da partilha: abrindo novos horizontes

(Duração: 45 minutos)



↳ **O que é:** apresentação das propostas construídas pelos grupos para toda a plenária, identificação de conexões entre propostas e articulação de possíveis parcerias.

↳ **Sentido deste caminho:** os caminhos que cada grupo desenhou agora são expostos para todas as pessoas — não para competir, mas para se reconhecerem, se inspirarem mutuamente, quem sabe se juntarem.

Como numa feira onde circulamos entre barracas descobrindo tesouros, circulamos entre as propostas identificando afinidades, complementaridades, possibilidades de caminhadas conjuntas.

Aqui a metáfora dos caminhos se atualiza: descobrimos que não estamos construindo uma única estrada reta, mas uma rede complexa de trilhas que se cruzam, se bifurcam, se reencontram. E quanto mais densa essa

rede, mais difícil será nos perdermos, mais caminhos alternativos teremos quando alguma rota se bloquear.

↳ **Objetivos:**

- **Geral:** Socializar as propostas construídas e identificar possibilidades de articulação entre grupos.
- **Específicos:** Praticar comunicação clara de ideias complexas; receber feedback construtivo; construir rede de colaboração entre participantes; fortalecer a viabilidade das propostas através de parcerias.

↳ **Como foi idealizada sua aplicação:** formato “Feira dos Caminhos Comunitários” onde cada grupo apresenta sua proposta em 15 minutos, seguido de momento para identificação de conexões e troca de contatos.

↳ **Resultados na prática:** As apresentações costumam ser emocionantes e mobilizadoras. Grupos aplaudem uns aos outros, identificam sinergias, oferecem ajuda. Frequentemente surgem propostas concretas de parcerias que seguem além da oficina. A facilitação registra todas as propostas para posterior sistematização e possível encaminhamento a órgãos públicos ou organizações parceiras.



Caminho de volta: levando a caminhada adiante

(Duração: 30 minutos)



↳ **O que é:** encerramento da oficina com retomada das palavras iniciais — verificação coletiva sobre quem encontrou aquilo que buscava.

↳ **Sentido deste caminho:** toda jornada precisa de um fechamento que seja também abertura: fechamento da oficina enquanto evento delimitado no tempo, mas abertura para os caminhos que cada pessoa seguirá daqui em diante. Retomamos as palavras da dinâmica inicial: “Lembram das palavras que queriam encontrar? Quem encontrou?”.

Uma a uma, as pessoas participantes compartilham suas descobertas. Nem todas encontraram exatamente o que buscavam — algumas descobriram que buscavam a palavra errada, outras perceberam que precisam seguir caminhando para encontrar. E está tudo bem.

Porque o mais importante não é chegar, é caminhar sabendo que não se caminha só.

↳ **Objetivos:**

- **Geral:** Encerrar a oficina de forma significativa, conectando o final com o início da jornada.
- **Específicos:** Avaliar se as expectativas iniciais foram atendidas; fortalecer aprendizados do dia; preparar participantes para continuidade dos caminhos em suas comunidades.

↳ **Como foi idealizada sua aplicação:** círculo final onde voluntárias compartilham se encontraram as “palavras” que buscavam no início do dia, conectando simbolicamente o fechamento com a abertura da jornada.

↳ **Resultados na prática:** este momento costuma ser profundamente emocionante. Muitas pessoas participantes expressam gratidão, algumas choram, outras se abraçam. A conexão simbólica com a dinâmica inicial cria sensação de circularidade e completude, ao mesmo tempo em que a pergunta “levando a caminhada adiante” aponta para a continuidade.

Caminho da gratidão: honrando a jornada compartilhada

(Duração: 15 minutos)



↳ **O que é:** avaliação rápida da oficina e entrega de certificados de participação personalizados.

↳ **Sentido deste caminho:** gratidão não é apenas sentimento bonito — é reconhecimento político. Agradecemos umas às outras por terem tido coragem de compartilhar suas histórias, suas dores, suas esperanças. Agradecemos ao tempo que nos foi dado para esta

pausa na correria cotidiana. Agradecemos às instituições que tornaram este encontro possível.

E materializamos essa gratidão nos certificados entregues — não como papéis burocráticos, mas como “passaportes dos caminhos”, que registram que cada participante percorreu esta jornada, pisou este chão, deixou suas pegadas. Cada certificado carrega

a frase de Irmã Rosita “se faz o caminho caminhando”, como lembrete permanente de que a oficina não se esgota neste dia, mas é apenas começo de caminhos que seguirão sendo feitos, passo a passo, na vida de cada pessoa.

↳ **Objetivos:**

- **Geral:** Avaliar a oficina e reconhecer formalmente a participação de cada pessoa.
- **Específicos:** Coletar feedback para aprimoramento da metodologia; celebrar as aprendizagens; formalizar certificação.

↳ **Como foi idealizada sua aplicação:** avaliação rápida em formato “termômetro” com três perguntas simples, seguida de entrega de certificados personalizados com elementos visuais de caminhos e a frase inspiradora de Irmã Rosita.

↳ **Resultados na prática:** as avaliações são consistentemente positivas, com destaque para a metodologia participativa, o respeito às experiências das pessoas participantes, e a conexão entre conhecimento técnico e saberes vivenciais. Sugestões de melhoria costumam apontar para necessidade de mais tempo em determinadas etapas. A entrega dos certificados é recebida com alegria — muitas pessoas participantes fotografam seus certificados e compartilham nas redes sociais.

Este desenho metodológico não é fixo — ele convida à adaptação, à recriação, à apropriação criativa por parte de cada facilitação e cada grupo. Como nos ensinou a Irmã Rosita: se faz o caminho caminhando. E agora, este caminho pode ser trilhado por muitos outros pés, em muitos outros territórios, sempre com escuta atenta às vozes que emergem do encontro.



1.2 Resultados e descobertas: marcos do percurso

Após a apresentação das etapas metodológicas, torna-se fundamental observar os resultados que emergem de sua aplicação, a partir dos materiais produzidos nas oficinas. É nesse momento que a metodologia deixa de ser apenas proposição teórica e se revela como experiência viva, permitindo compreender como a proposta mobiliza pessoas, provoca reflexões, ativa linguagens e gera conhecimento sobre justiça climática e deslocamentos humanos de forma sensível, coletiva e situada. As oficinas foram concebidas para acolher uma pluralidade de linguagens e perspectivas ao trabalhar no seu caminhar múltiplas formas de expressão — falas, escritas, desenhos, dinâmicas coletivas e reflexões individuais — fazendo da subjetividade parte central da produção de conhecimento. Essa abordagem possibilitou trabalhar a temática por ângulos emocionais, territoriais, políticos, cotidianos e imaginativos, ampliando a compreensão sobre como a justiça climática é vivida por pessoas em contextos de vulnerabilidade e como transformam e enfrentam essas realidades.

Dessa forma, as análises baseiam-se em três fontes principais: **registros etnográficos das oficinas**, que captaram falas, interações e atmosferas emocionais; **materiais produzidos pelos participantes** — como post-its, produções escritas e resultados dos laboratórios de ideias — posteriormente transcritos e sistematizados; e **formulários de inscrição**, que permitiram traçar o perfil social, migratório e demográfico dos participantes. Desse conjunto derivam **dados quantitativos**, que indicam abrangência e diversidade, e **qualitativos**, que expressam vivências, memórias, medos, estratégias de resistência e horizontes de futuro. A articulação entre ambos permite compreender tanto **quem** compôs esses espaços quanto **o que** foi elaborado ali.

Para contextualizar as contribuições, apresenta-se brevemente o perfil dos participantes originado da análise quantitativa, não como números isolados, mas como sujeitos sociais situados, cujas trajetórias atravessam as experiências narradas. Dentro da análise, dos 286 inscritos, 266 compõem este retrato, excluindo-se, neste momento, os 20 jovens do grupo MAGIS, cuja análise é apresentada em outro eixo.

Em um primeiro momento, já é notório que a maioria dos participantes foram mulheres: 63,4% identificaram-se como mulheres cis, evidenciando o protagonismo feminino nos debates sobre clima e deslocamento humano; homens cis representaram 36,2% e mulheres trans, 0,4%. Quanto ao status migratório, 47,2% eram migrantes e 27,5% refugiados, enquanto 25,3% brasileiros contribuíram para articular experiências de deslocamento e perspectivas locais. Em termos raciais, 52,1% autodeclararam-se pretos ou pardos. Houve também participação de povos indígenas, com destaque para o povo Warao, indígena venezuelano historicamente marcado por deslocamentos forçados, para o qual foram realizadas oficinas culturalmente situadas. A presença de venezuelanos (44,2%), brasileiros, haitianos, angolanos e outras nacionalidades, abrangendo representantes de cinco continentes, transformou as oficinas em espaços de encontro entre diferentes experiências de crise ambiental, mobilidade e resistência.

Conhecer quem estava na sala não é um preâmbulo técnico, mas parte central da análise. A diversidade de gênero, trajetórias migratórias, pertencimentos raciais e origens nacionais constitui o terreno de onde emergiram falas, silêncios, medos e esperanças que estruturam os resultados apresentados. Sem esse **quem**, o **que** e o **como** perderia sentido: são essas vidas situadas que dão densidade à busca coletiva por justiça climática.



Resultados qualitativos: colhendo caminhos da justiça climática no Brasil

Se os dados quantitativos permitem compreender **quem** participou, a dimensão qualitativa revela **o que** viveram e **que** futuros imaginam. Para orientar essa escuta e a posterior interpretação, partimos de uma pergunta norteadora: **como essas pessoas compreendem, vivenciam e identificam a injustiça climática? Que caminhos imaginam ou já praticam para a construção da justiça climática?** Essa questão desdobra o propósito central das oficinas: entender o debate sobre clima e deslocamento humano em diferentes regiões do Brasil para, a partir das realidades concretas de quem vive essas vulnerabilidades, transformar falas em formulações políticas, diagnósticos situados e propostas de transformação. A partir desse objetivo, organizamos as contribuições em eixos temáticos, observando palavras recorrentes, narrativas compartilhadas e propostas elaboradas nos laboratórios de ideias.

Esse movimento permitiu visualizar constelações de sentido que variaram conforme a cidade, o contexto local e o perfil dos participantes – evidenciando que a compreensão da injustiça climática não é homogê-

nea e sim profundamente marcada pelo território, pelas vulnerabilidades específicas e pelas experiências de perda, deslocamento e exclusão vividas por cada grupo. Desse modo, cada localidade apresentou uma espécie de mapeamento de experiências climáticas e de deslocamento, que condensa como os impactos ambientais se materializam no cotidiano das comunidades.

Assim, para apresentar os resultados, cada cidade é analisada a partir dos materiais produzidos nas oficinas, buscando compreender como, em contextos específicos, a justiça climática e os deslocamentos humanos foram significados, narrados e projetados. Para organizar a análise, esta seção foi estruturada por cidade e, em cada uma delas, observaram-se três eixos centrais: os momentos de **injustiças vivenciadas**, as **resistências em curso** e as **propostas de transformação**. Cada um desses eixos reúne elementos de diferentes momentos das oficinas que, embora tenham emergido em dinâmicas distintas, puderam ser agrupados analiticamente. Essa organização permitiu dar coerência às múltiplas expressões produzidas, tornando possível compreender como a justiça climática se manifesta de forma situada em cada localidade, construindo, ao final, um **quadro ilustrativo** da particularidade de cada cidade caminhada por essas oficinas.



Rio de Janeiro - políticas públicas e responsabilização

A oficina realizada no Rio de Janeiro revelou-se, desde o início, um espaço de encontro entre múltiplos mundos e trajetórias. O momento de acolhimento, marcado pelo compartilhamento de expectativas e histórias, já era um momento analítico: nele, delineou-se um grupo formado por pessoas do Haiti, Colômbia, Paraguai, Cuba, Venezuela e do próprio Rio, cujas falas misturavam palavras como “família”, “força”, “acolhimento” e “equidade”. Um termo sintetizou o clima coletivo: “Añua” (abraço), trazido por uma participante paraguaia, expressando uma disposição comunitária e solidária que já se manifestava na própria forma de mobilização para o encontro — muitos vieram em grupo ou convidando outros, estendendo suas redes de apoio.



INJUSTIÇAS VIVENCIADAS

desmatamento
enchentes
desigualdade
governo
chuva
comunidades
poluição
violência
árvores
lixo
esgoto
saúde

Na etapa “pedras no caminho” da oficina, a injustiça climática no Rio de Janeiro foi nomeada cotidianamente como abandono estatal, agravado pela violência urbana e pela precariedade. Os participantes a localizaram em bueiros entupidos que transformam chuvas em alagamentos, na demora do poder público, na contaminação por esgoto e na falta de infraestrutura. Palavras como enchentes, lixo, violência e desabamento não descrevem fenômenos naturais, mas uma cadeia de responsabilidades e omissões, interpretadas como racismo ambiental.

Nesse contexto, as narrativas revelaram não apenas percepções, mas marcas profundas de trauma e uma memória coletiva que atravessa fronteiras. O relato sobre a perda de um familiar no Haiti ilustrou a situação — *“O Haiti sempre passa por catástrofes e acidentes que poderiam ter sido evitados”* — uma fala que carrega essa dualidade entre sofrimento individual e crítica sistêmica, e mostra que o luto e o risco não ficam para trás; eles migram com as pessoas, tornando-se parte de sua bagagem.

Essa injustiça também se revelou interseccional. Os participantes não vivenciam o clima como uma crise isolada, mas como um fator que se entrelaça e amplifica outras violências estruturais: a falta de moradia digna, a insegurança pública, a precariedade no trabalho e o acesso desigual à saúde. O depoimento de uma moradora de ocupação sintetizou essa sobreposição: *“Moro numa ocupação no RJ, o prédio tem problemas de esgoto e isso contamina nosso ambiente e pode trazer doenças.”*

Nesse contexto, a crise climática deixa de ser um fenômeno abstrato e se materializa concretamente na água contaminada, no medo da próxima chuva, no corpo adoecido. A injustiça, aqui, ganha rosto, território e uma corporeidade específica: ela habita quem já vive na intersecção de múltiplas exclusões.

RESISTÊNCIAS EM CURSO

plantar reciclagem
organização
conscientização
meio ambiente
leis comunidade ajuda
educação ambiental
solidariedade mutirões proteção

Se na etapa das “pedras no caminho” emergem os bloqueios e injustiças, no “caminho da resistência” da oficina revelaram as forças que já estão em movimento. Conceitos como conscientização, comunidade e educação não são apresentados como ideais abstratos, mas como práticas vivas e cotidianas. Durante a vivência etnográfica, foi possível observar o envolvimento de vários participantes em coletivos e ações comunitárias, evidenciando que a organização social já é, em si, uma resposta ativa à injustiça climática. Palavras como mutirões, cozinhas solidárias, formação e reuniões surgem como linguagem concreta dessa ação.

A resistência, nesse sentido, já é um exercício de justiça climática em escala local. Ela materializa-se no replantio de árvores, na criação de soluções comunitárias de infraestrutura, na proteção dos mais vulneráveis e na pressão política por mudanças estruturais. Até mesmo o simples auxílio entre vizinhos se converte em uma tecnologia social poderosa para enfrentar a intersecção entre crise climática e deslocamento. Assim, a luta por justiça deixa de ser uma demanda futura para se tornar uma ação

construída no agora, no chão do território, pela ação coletiva de quem já está transformando sua realidade.

PROPOSTAS DE TRANSFORMAÇÃO

políticas públicas
moradia imigrantes recursos
trabalho abrigos programas
assistência comunidade
segurança leis justiça climática

Ao analisar as palavras escritas pelos participantes na etapa de “horizontes do caminho” da metodologia, visualiza-se que as transformações projetadas no Rio de Janeiro apontam para a centralidade das políticas públicas como via estrutural de mudança. A justiça climática é imaginada não apenas como mitigação de impactos, mas como responsabilidade institucional, compensação material e participação popular direta. A demanda mais marcante — e que diferencia o Rio das demais cidades — é a criação de um sistema de compensação econômica que impeça que as vítimas arquem sozinhas com os prejuízos causados por eventos extremos.

Aqui, justiça climática significa, simultaneamente, reparação concreta e redistribuição de poder. Essas propostas não são meras aspirações distantes; emergem de uma crítica contundente à gestão pública e dialogam com práticas já existentes de organização comunitária. Como evidenciaram os participantes, trata-se de institucionalizar soluções co-criadas com as comunidades, em vez de respostas impostas verticalmente.

Diante dos apontamentos voltados à justiça, melhoria e transformação no âmbito governamental, estabelece-se um paralelo com o momento dos **laboratórios**, quando os participantes refletiram sobre o que fariam, que rumos são considerados possíveis:

- **Educação ambiental escolar**, com proposta de criação de disciplina específica sobre práticas ambientais, articulada com subsecretarias, voluntários e profissionais da área, visando promover mudanças de comportamento entre jovens e possibilitar a replicação da iniciativa em outras comunidades;
- **Processo amplo de sensibilização ambiental**, envolvendo ONGs, universidades e meios de comunicação, com ênfase na mobilização de migrantes e pessoas apátridas, buscando influenciar a criação de leis ambientais, reduzir impactos como enchentes e fortalecer redes de solidariedade e espaços verdes;

- **Enfrentamento do descarte inadequado de lixo eletrônico**, com foco na conscientização e mitigação do problema, apontando a gestão de resíduos tecnológicos como dimensão relevante da justiça climática.

Dessa forma, as ideias construídas revelam uma compreensão coletiva de que a resposta à crise climática deve ser multifacetada, educativa e enraizada na comunidade. Embora cada proposta parta de um ponto de entrada distinto — a escola, a mobilização ampliada ou um problema específico como o lixo eletrônico —, há um eixo comum: **a transformação cultural e comportamental** é concebida como base para a mitigação e a promoção da justiça climática.

Em síntese, o pensamento coletivo no Rio de Janeiro aponta para um modelo de ação climática educativo no método, colaborativo na forma e inclusivo no alcance. A sensibilização é entendida como ponto de partida, mas não como fim em si mesma; as propostas buscam semear, a partir das bases comunitárias, uma cultura de cuidado ambiental capaz de se traduzir, no futuro, em marcos legais, infraestruturas verdes e comunidades mais resilientes e solidárias.

Quadro justiça climática e deslocamentos humanos - Rio de Janeiro



Injustiças vivenciadas

Enchentes, lixo, poluição, omissão do estado, racismo ambiental, desabamento;



Direções de mudança

Sistema de compensação econômica, políticas que protejam populações em risco, institucionalização de soluções co-criadas com as comunidades;



Resistências em curso

Mutirões, cozinhas solidárias, tecnologia comunitária;



Propostas de transformação

Transformação cultural e comportamental (Educação ambiental nas escolas, mobilização comunitária).

Belém – calor, corpo e território

Belém contou com duas oficinas, sendo uma delas centrada na participação de indígenas Warao. Desde o início, foi possível compreender o contexto diverso dos participantes: muitos estudantes, pessoas envolvidas em políticas locais, migrantes e, de forma muito marcante, o contexto Warao presente. A contextualização da cidade rapidamente deixou de ser descritiva para se tornar vivida: o calor extremo, a umidade intensa e o modo como o clima atravessa o cotidiano apareceram como experiências corporais, não apenas ambientais.

Ao longo da oficina, evidenciou-se a ideia de dupla adaptação — migratória e climática. Muitos participantes relataram experiências com eventos climáticos extremos tanto em seus países de origem quanto no Brasil, revelando uma continuidade de vulnerabilidades ao longo do deslocamento.



Migrar não significa deixar os riscos para trás, mas enfrentar novas formas de exposição ambiental enquanto se busca reconstruir a vida. Nesse cenário, a noção de permanência emergiu como elemento simbólico importante, associada à possibilidade de enraizamento, dignidade e pertencimento, em contraste com a experiência de instabilidade contínua.

INJUSTIÇAS VIVENCIADAS

trabalho falta
calor comida Venezuela
dificuldades
Haiti comunidade país
moradia água saúde
mudanças climáticas

Em Belém, a injustiça climática manifesta-se, antes de tudo, como sofrimento físico imposto pelo calor extremo amazônico, um fardo desigual suportado por quem já vive em situação de vulnerabilidade. Para migrantes venezuelanos e, especialmente, para os indígenas Warao, ela é sentida na pele: alergias, “bolinhas no corpo”, problemas dermatológicos associados à umidade e à dificuldade de adaptação, além da falta de acesso à água potável e a cuidados de saúde. A crise climática também aparece no estômago, uma vez que alterações ambientais afetam a pesca e a agricultura de subsistência, gerando insegurança alimentar. Como afirmou uma participante, “o corpo fala” — é por meio dele que a injustiça climática se torna visível.

Essa dimensão corporal da crise conecta-se a uma condição social mais ampla. Nas falas, evidencia-se que ser indígena e refugiado(a) venezuelano(a) constitui uma dupla marca de vulnerabilidade, refletida na dificuldade de acesso a direitos básicos, como moradia digna, trabalho estável e atendimento à

saúde — direitos que, segundo os relatos, precisam ser batalhados diariamente. Reafirma-se, assim, uma percepção crítica recorrente nas oficinas: aqueles que historicamente mais preservam o ambiente e menos o degradam são, paradoxalmente, os que mais sofrem seus impactos. Como sintetizado por um participante, *quem contamina o rio não bebe sua água nem pesca seus peixes*. Compreender esse contexto de exclusão socioeconômica constituiu, portanto, a porta de entrada para a discussão sobre a crise climática.

RESISTÊNCIAS EM CURSO

luta trabalho cuidar indígenas
projetos força resistência
mudanças climáticas
meio ambiente conscientização
reuniões comunidade

O mapeamento de palavras desse momento da oficina ilustrou, de forma emblemática, como esses grupos não apenas existem, mas estão ativamente resistindo. Diante das condições adversas, a resistência se revela como uma prática cotidiana. Os participantes reconhecem seus limites estruturais pois não podem controlar a chuva ou o sistema econômico, mas afirmam um outro tipo de poder: o poder de influenciar, conscientizar e, sobretudo, cuidar. Esse cuidado se materializa em ações ambientais concretas, como reflorestamento, reciclagem e limpeza dos espaços onde vivem, muitas vezes suprimindo a ausência do poder público. Ele é inseparável da organização comunitária, que se expressa em reuniões, associações, lideranças e na mobilização por direitos. Além disso, ao refletir sobre a particularidade dos participantes Warao, a resistência assume também uma dimensão cultural vital, manifestada na manutenção das tradições, na afirmação da identidade e nos modos próprios de relação com o território.

Essas diferentes frentes de ação convergem em um entendimento político mais amplo. Muitos participantes já se veem como parte de processos de incidência maiores, identificando espaços como a COP30 como caminhos estratégicos para dar visibilidade às suas lutas. Portanto, a resistência que emerge dessas narrativas é uma tessitura complexa e poderosa: combina sobrevivência imediata (através do cuidado ambiental e comunitário), afirmação cultural e ação política organizada, do local ao global. É uma prática que, partindo do cotidiano, almeja transformação.

PROPOSTAS DE TRANSFORMAÇÃO

trabalho
indígenas políticas públicas
governo moradia
justiça
mudanças climáticas educação
terra comunidade saúde

Moradia, trabalho, terra, saúde e educação emergem nas falas como dimensões inseparáveis da justiça climática, evidenciando que a questão ambiental é indissociável das condições sociais e das dinâmicas migratórias. As reivindicações apontam para a necessidade de políticas públicas interseccionais, capazes de responder à sobreposição de vulnerabilidades que atravessam esses campos.

Para alcançar essa justiça, os participantes apontam dois eixos complementares. A primeira parte da terra e da moradia digna: ter um território onde produzir, uma casa segura e o reconhecimento como sujeitos de direitos territoriais constitui a base para qualquer processo de transformação. O segundo eixo envolve

a participação em espaços globais de decisão, como a COP30, e a incidência em políticas ambientais estruturais. A justiça climática, assim, desloca-se do chão onde se vive às mesas onde se decide, evidenciando que ocupar esses espaços e garantir voz nos momentos decisórios é fundamental para que haja reconhecimento de suas culturas, modos de vida e formas de existência, condição necessária para a construção de uma justiça efetiva e coerente. A partir desse direcionamento, os grupos apresentaram iniciativas no momento dos **laboratórios** que combinam políticas estruturais e organização comunitária, com destaque para:

- **Gestão de resíduos e reciclagem comunitária**, respondendo a carências urbanas evidentes e dialogando com práticas já existentes de organização local, inclusive com geração de renda a partir de materiais recicláveis e produção de artesanato;
- **Acesso à saúde para a população Warao**, com a proposta de capacitação de intérpretes e agentes comunitários de saúde, a fim de garantir atendimento adequado nas unidades de saúde;
- **Rede de comunicação bilíngue e multimídia** (internet, rádio, teatro) para educação climática e ambiental, com foco na inclusão de migrantes, refugiados e povos indígenas;
- **Combate ao desmatamento e ações de reflorestamento**, por meio de ações de conscientização, fiscalização e responsabilização, com ênfase na proteção de animais e populações indígenas.

Em síntese, o pensamento coletivo em Belém constrói uma narrativa de ação climática que parte do território



rio vivido, articulando sobrevivência, saúde e floresta. As propostas combinam demandas por políticas públicas estruturantes com iniciativas de auto-organização, educação e geração de renda, sempre orientadas pelos grupos em situação de maior vulnerabilidade. Evidencia-se, assim, que não há justiça climática sem saneamento, sem saúde, sem inclusão linguística e sem floresta em pé — e que essas dimensões só podem ser enfrentadas de forma integrada e coletiva.

Em Belém, o diferencial das oficinas esteve na convergência entre a crise climática e a crise territorial indígena. Embora o calor extremo e as alterações no regime de chuvas constituíssem o pano de fundo das discussões, foi a luta do povo Warao por terra, moradia e reconhecimento que estruturou o debate. A demanda por casa — entendida também como território — e por habitação própria emergiu não como uma política social isolada, mas como condição fundamental para a adaptação climática e para a sobrevivência física, social e cultural.



Quadro justiça climática e deslocamentos humanos - Belém



Injustiças vivenciadas

Contaminação, riscos à saúde e perda do vínculo com o território;



Direções de mudança

Direito à terra, regularização fundiária com participação indígena, moradia digna e reconhecimento cultural;



Resistências em curso

Manutenção da cultura, saberes tradicionais, cuidado entre famílias e apoio entre comunidades;



Propostas de transformação

Ações de conscientização que unam ideia território, saúde, cuidado ambiental e saberes indígenas; fiscalização e responsabilização de desmatamento.

Manaus – acolhimento, calor e sobrevivência cotidiana

Em Manaus, as duas oficinas foram realizadas no mesmo dia e no mesmo espaço: a Universidade Federal do Amazonas (UFAM), no departamento da pós-graduação em Antropologia. O local, por si, já contribuiu para que a oficina se tornasse um espaço dos participantes — um ambiente acolhedor, onde foi possível abraçar quem chegava e construir um sentimento de pertencimento desde o início. A presença de participantes indígenas também marcou esse momento, inclusive com uma apresentação tradicional antes do início das atividades, reforçando que aquele não era apenas um espaço acadêmico, mas um território de encontro entre saberes.

Assim como em Belém, as falas em Manaus partiram de um lugar muito concreto de vivência da injustiça climática: o calor extremo amazônico, a dificuldade de inserção no trabalho, a busca por moradia digna e os impactos do lixo nos rios e nas florestas, afetando diretamente a saúde. Esse conjunto de fatores apareceu já na primeira etapa, o **caminho das pedras**, denunciando as injustiças que enfrentavam.

INJUSTIÇAS VIVENCIADAS

Venezuela
saúde dificuldades
trabalho família
lixo enchentes doenças português
água calor crises

Os post-its das “pedras no caminho” em Manaus revelam um entrelaçamento constante entre país de origem, trajetória migratória e condições ambientais do presente. As falas retornam com frequência à Venezuela, mencionando perdas, crises e desastres vividos antes da migração e conectando essas experiências às dificuldades de adaptação no Brasil. Problemas como contaminação da água, acúmulo de lixo, doenças, insegurança alimentar, problemas respiratórios, hipertensão, dengue e COVID aparecem articulados a discriminação, barreiras linguísticas e racismo. Também emergem memórias de desastres naturais históricos e de problemas ambientais urbanos, como poluição e esgoto transbordante.

A análise evidencia, portanto, que essas palavras não pertencem a uma única categoria, algumas se relacionam à crise climática, outras à migração, e muitas a ambas simultaneamente. Em Manaus, a injustiça climática é percebida como dupla: a fuga de um contexto de colapso e, em seguida, a inserção em um cenário marcado por calor extremo, trabalho escasso e xenofobia, compondo uma narrativa de trauma acumulado e continuidade de perdas.

Destaca-se, nesse quadro, a interseção entre trabalho e clima. As crises climáticas atuam como multiplicadoras das vulnerabilidades laborais de migrantes, pois afetam de forma desproporcional os setores informais e precários nos quais muitos estão inseridos. O clima, assim, deixa de ser apenas uma dimensão ambiental e passa a reorganizar quem pode trabalhar, onde e em que condições, reduzindo possibilidades de estabilização socioeconômica e aprofundando exclusão, exploração e insegurança. Essa dinâmica explicita mais uma vez a conexão estrutural entre as temáticas climática e migratória, mostrando que a precariedade do trabalho é também um efeito das transformações ambientais.

RESISTÊNCIAS EM CURSO

trabalhar família
limpeza fé lixo exemplo
conscientizar ajudar
filhos políticas públicas curso
comunidade

Se as “pedras” expressam o peso das adversidades, a resistência revela o movimento para seguir. Em Manaus, trabalhar é descrito como um ato de resistência: fazer cursos, produzir alimentos para vender, buscar qualificação, estudar e cuidar dos filhos aparecem como formas concretas de sustentar a vida e construir dignidade. A justiça, nesse cotidiano, é praticada em escala familiar e comunitária: manter a união, dialogar, apoiar quem está chegando, participar de reuniões e grupos de apoio. Também se destaca a gestão ambiental prática — limpeza do entorno, cuidado com o lixo e reciclagem — ações já realizadas nas casas e vizinhanças, mas vistas como insuficientes sem ampliação estrutural. Paralelamente, permanece a demanda por acesso a emprego e moradia própria, reconhecendo a estabilidade econômica como base para uma vida digna e para a adaptação ao contexto climático.

PROPOSTAS DE TRANSFORMAÇÃO

trabalho migrantes lixo
políticas públicas
justiça terra moradia
gratidão saúde presidente
desmatamento indígenas

Os horizontes projetados indicam a necessidade de políticas públicas inclusivas que reconheçam migrantes, povos indígenas e populações em situação de vulnerabilidade como sujeitos de direitos. As palavras mobilizadas apontam para a centralidade da moradia digna e do acesso à terra, do trabalho com reconhecimento profissional, da gestão ambiental e do combate ao desmatamento, bem como da justiça social e do enfrentamento à discriminação.

Nesse contexto, a estabilidade econômica foi trazida como base para a adaptação ao novo cenário climático. Ter casa e trabalho deixa de ser apenas uma demanda social e passa a ser condição para viver com dignidade em um ambiente marcado por calor extremo e vulnerabilidades ambientais, evidenciando como as dimensões social, territorial e climática se articulam de forma inseparável. Dessa forma, em complemento

aos horizontes apontados, os **laboratórios** de práticas e ações constituíram um espaço de elaboração coletiva de respostas às crises e vulnerabilidades identificadas:

- **Educação e conscientização ambiental**, voltadas à redução do consumo de descartáveis, especialmente plásticos, e à promoção de hábitos sustentáveis, por meio de palestras comunitárias e ações educativas nas escolas, com envolvimento da prefeitura e de organizações locais;
- **Criação de associação comunitária de incidência política e educação ambiental**, visando formar agentes multiplicadores e fortalecer a pressão por legislações ambientais;
- **Limpeza do Rio Amazonas**, com foco no recolhimento de resíduos plásticos, por meio da criação de grupos comunitários de coleta e do estabelecimento de parcerias com instituições governamentais e empresariais;

- **Enfrentamento de problemas estruturais do bairro Mauazinho**, como gestão de resíduos, acesso à água e fornecimento de eletricidade, com a estratégia de mobilização e incidência junto a autoridades locais e estaduais.

As propostas refletem uma conexão profunda com os ecossistemas locais, especialmente o Rio Amazonas e os igarapés que estruturam a vida ribeirinha e urbana. Evidencia-se a percepção de que, em Manaus, a crise climática se manifesta de forma aguda na contaminação das águas, na ausência de saneamento e na precariedade de serviços básicos. Assim, os grupos demonstraram compreender que a justiça ambiental passa pela proteção dos rios e pelo acesso digno à água e ao saneamento. Em um plano mais estrutural, a justiça climática foi associada à necessidade do Estado “completar o acolhimento”, garantindo condições como emprego, habitação e documentação para que migrantes possam reconstruir suas vidas e se adaptar ao contexto amazônico. Reafirma-se, portanto, uma compreensão central expressa pelos participantes: sobreviver já é resistência, mas justiça exige estrutura.

Quadro justiça climática e deslocamentos humanos - Manaus



Injustiças vivenciadas

Rios contaminados, falta de saneamento e acesso precário à água e serviços básicos;



Direções de mudança

Garantir tratamento de água, saneamento, moradia digna e proteção dos rios;



Resistências em curso

Organização comunitária e partilha de recursos para enfrentar a escassez;



Propostas de transformação

Projetos comunitários de gestão da água, educação ambiental e incidência por políticas públicas ancoradas na realidade local.

Canoas - enchente, trauma e reconstrução

Antes mesmo do início das oficinas, o contexto de Canoas já era conhecido: as enchentes recentes na região ainda estavam muito presentes na vida das pessoas e foram o principal motivo da escolha do local. A proposta era justamente compreender os traumas, as resistências e as soluções que emergem quando se vive um desastre climático de grande escala.

Desde o momento das palavras de boas-vindas, termos como *superação*, *força* e *união* apareceram. Essas palavras não eram abstratas — remetiam diretamente à experiência vivida nas enchentes. Muitos participantes haviam passado pelos assentamentos e abrigos emergenciais, e relataram que, embora não fosse a primeira tragédia enfrentada, foi nesse contexto que se formaram associações, grupos de apoio e laços comunitários entre migrantes. Parte desses grupos mobilizados esteve presente nas oficinas, demonstrando que a organização coletiva nasceu da crise.

INJUSTIÇAS VIVENCIADAS

trabalho medo xenofobia
enchentes
dificuldade documentos família
perdas segurança casa
Venezuela saúde

Em Canoas, a injustiça climática tem um epicentro claro: a enchente histórica de 2024. Ela não é percebida apenas como um evento natural, mas como uma ruptura total da vida. A perda não foi só material — casa, documentos, trabalho — mas também emocional e

simbólica, atingindo a sensação de segurança e de futuro. Para migrantes, essa perda se soma às barreiras já existentes: idioma, xenofobia, dificuldade de inserção laboral. A enchente é descrita como uma experiência de desamparo absoluto, onde “tudo parou”. Muitos relataram que, durante a tragédia, não era possível sequer pensar em trabalho ou continuidade da vida cotidiana.

As consequências da enchente extrapolam a presença da água, desdobrando-se em problemas de saúde, desemprego, insegurança alimentar e dificuldades de acesso a serviços públicos. No entanto, o aspecto que atravessou ambas as oficinas com maior intensidade foi o impacto psicológico: medo, ansiedade, depressão e trauma marcaram os relatos, incluindo a menção de participantes venezuelanos a uma menina da comunidade que tirou a própria vida. A relação com a chuva, assim, se transformou e deixou de ser percebida como fenômeno natural e passou a representar medo. Como sintetizou um dos relatos: “Nós, estrangeiros, já somos corajosos por estar aqui, mas perder tudo de novo é muito difícil.” A injustiça climática é vivida, nesse contexto, como repetição de perdas que se acumulam ao longo da trajetória migrante.

RESISTÊNCIAS EM CURSO

meio ambiente reciclagem
ajuda comunidade
crianças família
recomeçar
fé projetos ensinar
voluntário união
solidariedade
plantar árvores

Se a enchente representou a ruptura, a resistência configurou o mecanismo que possibilitou a continuidade da vida coletiva. A ajuda mútua aparece como

eixo estruturante das ações de enfrentamento — acolhimento em igrejas, voluntariado, redes de apoio e cozinhas solidárias — revelando a centralidade das formas comunitárias de organização diante da insuficiência das respostas institucionais. A crise não apenas produziu danos, mas também reconfigurou vínculos sociais, fortalecendo o senso de pertencimento e a capacidade de ação coletiva mesmo em contextos de abrigo e tensão. A criação de mais de oito associações de migrantes afetados pelas enchentes, além de grupos de mulheres, iniciativas esportivas como o time de futebol feminino, Orquídeas, e a inserção em projetos sociais como Caminho do Bem e Juventude na Mesa, demonstra que a organização coletiva não se limita à emergência, mas se consolida como estratégia política e social de reconstrução. A resistência, assim, ultrapassa o plano da sobrevivência imediata e se afirma como produção ativa de comunidade, redes e espaços de representação.

Já as práticas ambientais mencionadas, reciclagem, plantio de árvores e cuidado com o lixo, indicam uma compreensão dos participantes da relação entre degradação ambiental e risco de crises, conectando experiência cotidiana e consciência ecológica. A noção de reconstrução, associada às ideias de união e comunidade, revela que resistir, nesse contexto, não significa apenas suportar perdas, mas reorganizar a vida social, protegendo cultura, vínculos e dignidade. Trata-se de uma resposta que articula dimensões sociais, ambientais e políticas, evidenciando que, diante da injustiça climática, a reconstrução se dá tanto no território físico quanto no tecido social.

PROPOSTAS DE TRANSFORMAÇÃO

emergência climática **segurança**
moradia
ruas **crianças** projetos
migrantes **educação**
governo lei **apoio psicológico** escolas
saúde **políticas públicas**
trabalho

Em Canoas, a justiça climática traduz-se em demandas por proteção social, deslocando-se do cuidado mútuo pós-trauma para a exigência de um Estado que preveja, proteja e inclua. Saúde mental, moradia digna, reconhecimento profissional e acesso ao trabalho aparecem como dimensões centrais, revelando como as crises climáticas atravessam de forma interseccional a vida de migrantes. Destacam-se ainda a melhoria do sistema de saúde, políticas habitacionais fora de áreas de risco, saneamento, segurança pública e educação inclusiva com informação climática e enfrentamento à xenofobia.

A empregabilidade é entendida como eixo decisivo de adaptação, pois a renda se associa à estabilidade diante de eventos extremos. Soma-se a isso a forte demanda por planos de emergência climática — sistemas de alerta, defesa civil com participação de migrantes e infraestrutura contra enchentes — formulada por quem já vivenciou perdas sucessivas. Reivindicam-se ainda participação política, escuta ativa e marcos legais voltados ao deslocamento climático, revelando a transformação do trauma em formulação política: justiça climática passa a ser compreendida como um sistema capaz de prevenir riscos, reduzir danos e garantir inclusão. Nos laboratórios, essa visão se traduziu nas seguintes propostas:

- **Educação comunitária sobre manutenção de bueiros**, com o objetivo de reduzir entupimentos e enchentes, utilizando tecnologias digitais, redes sociais e oficinas presenciais, em parceria com a CORSAN e órgãos de saneamento;
- **Redes de apoio feminino com geração de renda**, mobilizando leis de incentivo e recursos públicos e privados, com foco em mulheres migrantes, mães solo e em situação de vulnerabilidade, articulando práticas ambientais como reciclagem e plantio;
- **“VenezuELAS”**, iniciativa voltada à construção de plano de contingência coletivo para desastres climáticos, com formação comunitária e atenção especial a grupos vulneráveis, em articulação com universidades, governos e defesa civil;
- **“Bom Samaritano – Casa de Passagem”**, proposta de espaço de acolhida e apoio integral a migrantes e refugiados, com foco em documentação, inserção laboral e educação climática;
- **Projeto de conscientização em saúde mental**, direcionado a crianças e adolescentes, com ações educativas nas escolas e parcerias com

profissionais de saúde, lideranças religiosas e secretarias públicas.

Em síntese, o pensamento coletivo em Canoas constrói uma narrativa de ação climática profundamente ancorada na justiça social e na proteção comunitária. As propostas indicam que preparar-se para as mudanças do clima significa, antes de tudo, assegurar dignidade, abrigo, saúde e voz, especialmente às populações em maior vulnerabilidade. O caso de Canoas evidencia que, em contextos de crises sobrepostas, o caminho da adaptação climática passa necessariamente pela inclusão social.

Um diferencial marcante foi a centralidade da saúde mental como dimensão da injustiça climática. A enchente de 2024 foi compreendida não apenas como desastre material, mas como evento psicossocial traumático, associado a medo, ansiedade e perda de projetos de vida. A injustiça climática foi percebida como violência que deixa marcas emocionais, o que levou à inclusão de apoio psicológico e programas estruturados de cuidado como parte dos horizontes de solução. Em Canoas, adaptar-se ao clima significa, antes de tudo, assegurar dignidade, abrigo, saúde e voz às populações mais vulneráveis.

Quadro justiça climática e deslocamentos humanos - Canoas



Injustiças vivenciadas

Perdas com enchentes e forte sofrimento psicológico pós-desastre;



Direções de mudança

Moradia segura, saúde (inclusive mental) e preparo para desastres;



Resistências em curso

Coletivos de apoio, especialmente de mulheres migrantes, com foco em cuidado e renda;



Propostas de transformação

Redes de apoio feminino, planos comunitários de emergência e espaços de acolhimento para migrantes.

Brasília - cerrado, queimadas e política

Brasília foi a cidade com maior número de oficinas — três ao todo, incluindo um encontro com o grupo de jovens do MAGIS. A análise desse território, portanto, reflete tanto a diversidade de participantes quanto a densidade das contribuições acumuladas ao longo dos encontros. As oficinas contaram com a presença da irmã Rosita Milesi, cuja fala de abertura exerceu papel estruturante na condução metodológica e simbólica do processo: ao introduzir a metáfora da “casa comum”, propôs a compreensão do planeta como espaço coletivo de vida e responsabilidade compartilhada, orientando as reflexões para um movimento de cuidado que parte “de dentro para fora”.

Essa abordagem favorece discussões atravessadas por incertezas, mas também por otimismo, desejo de amadurecimento, busca por conhecimento e construção da paz e paciência e resiliência emergiram como valores centrais para lidar com as intersecções entre migração e crise climática.

No contexto específico de Brasília, tornou-se evidente como o bioma do Cerrado molda a experiência local das mudanças climáticas. As crises ambientais manifestam-se de forma territorializada e, na capital federal, as narrativas foram fortemente marcadas por secas prolongadas e queimadas, fenômenos recorrentes que impactam o cotidiano e estruturam a percepção dos riscos climáticos.

INJUSTIÇAS VIVENCIADAS

queimadas
desmatamento
comida
Venezuela
enchentes
família
calor
respiratórios
saúde
seca
água
país

Em Brasília, os impactos das crises climáticas são percebidos de forma **direta, corporal e cotidiana**. A seca e as queimadas aparecem associadas a problemas respiratórios, sangramentos nasais, dores de cabeça e agravamento de doenças pré-existentes, como a esclerose múltipla. O calor extremo é descrito como impeditivo para atividades básicas, como estudar em casa, afetando o desenvolvimento pessoal e educacional. Embora a seca seja o fenômeno mais recorrente, os participantes ressaltam a **instabilidade climática** da região: períodos prolongados de estiagem rapidamente dão lugar a chuvas intensas e enchentes. Migrantes e brasileiros relataram já ter vivenciado, em Brasília ou em seus países de origem, eventos como enchentes, ciclones, terremotos e secas severas — experiências trazidas por participantes da Venezuela, Guiné-Bissau, Gana, entre outros.

A insegurança alimentar e hídrica surge como preocupação central. A falta de água, o racionamento e os impactos da seca na produção agrícola afetam diretamente o acesso à alimentação, agravado pelo uso de agrotóxicos e pelo aumento do custo dos alimentos. Há consciência clara de que o desmatamento e as queimadas não são fenômenos naturais, mas resultado de ações humanas, e que seus efeitos atingem a todos — ainda que de forma desigual. Essa desigualdade é reiterada em diversas falas: os impactos recaem de maneira mais intensa sobre os mais pobres e

sobre quem vive nas periferias. Relatos de enchentes em regiões como Águas Lindas, com famílias desabrigadas e áreas em estado de emergência, reforçam a percepção de abandono e a falta de políticas preventivas. A injustiça climática, aqui, é sentida como algo que atravessa o corpo, a casa e a trajetória migratória.

RESISTÊNCIAS EM CURSO

hortas sustentabilidade comunidade
plantar projetos
meio ambiente
justiça climática conscientização
reciclagem
organização lixo
energia solar

Ao compartilharem suas vivências climáticas em Brasília e também em outros países representados no grupo, os participantes foram construindo coletivamente um percurso de análise das resistências já em curso, revelando que elas se manifestam tanto em gestos cotidianos quanto em ações coletivas organizadas. A resistência aparece como prática diária e concreta: reciclagem, compostagem, plantio, uso consciente da água e da energia, além de iniciativas de educação ambiental que extrapolam a escola e se enraízam nas casas, nas ruas e nos espaços públicos. Nesse contexto, alguns participantes se reconhecem como verdadeiros “embaixadores do clima”, atuando na conscientização sobre o descarte adequado de resíduos e no enfrentamento à poluição, especialmente a plástica. Ao mesmo tempo, emergem formas coletivas de organização, como associações comunitárias, experiências de economia solidária, hortas, cooperativas agrícolas e sistemas de troca, que estruturam uma economia alternativa, sustentável e comunitária. Foram mencionadas cooperativas de pequenos agri-

cultores que produzem e distribuem cestas diversas a preços mais acessíveis que o mercado, fortalecendo redes locais e promovendo segurança alimentar. Projetos de inovação sustentável, como o uso de tecnologias ambientais, energias renováveis, painéis solares e iniciativas como Recalcário e Croma Drip, também aparecem como expressões de que a transformação é possível e já está em curso.

Paralelamente às práticas, as falas revelam uma dimensão política da resistência, marcada por críticas ao apoio irrestrito ao agronegócio, à derrubada de vetos ambientais no Congresso e à limitada compreensão social sobre o papel das populações locais na preservação ambiental. Resistir, nesse sentido, também é informar, pressionar, mobilizar e dar exemplo. As narrativas indicam que a justiça climática já atravessa o cotidiano dessas ações, conectando cuidado ambiental, desigualdade social e direito ao território.

PROPOSTAS DE TRANSFORMAÇÃO

sustentável programas
água ajuda migrantes
moradia muitas
energia solar transporte
políticas públicas
educação ambiental saúde

Aqui, a justiça climática é entendida como responsabilização e reparação. De forma geral, apareceram propostas redistributivas, como a taxa de bilionários e grandes poluidores, a criação de fundos de compensação para famílias atingidas e o princípio de que “quem menos polui e mais sofre deve ser compensado”. Além dessas, foi defendido políticas ambientais rigorosas, articuladas à educação ambiental, ao investimento em infraestrutura susten-



tável, a sistemas de alerta para eventos extremos e à garantia de moradia digna, especialmente para migrantes. A justiça também é pensada no cotidiano e no território, por meio de hortas comunitárias, apoio à agricultura familiar, energia solar nas residências, facilitação de crédito, redução de plásticos, reaproveitamento de alimentos e criação de institutos comunitários que integrem esporte, cultura e formação de jovens, além do enfrentamento à corrupção que desvia recursos climáticos. Consolida-se, assim, uma visão integrada em que justiça climática, social e econômica são inseparáveis.

Essa perspectiva também se expressou nos **laboratórios** de ideias em Brasília, cujas propostas revelam

uma visão estruturante da ação climática, articulando a incidência em políticas públicas nacionais com iniciativas locais de educação e mobilização. Por se tratar da capital federal, destaca-se a ênfase no nível legislativo e normativo, sem desconsiderar a base territorial e as populações mais vulneráveis. Nesse contexto, foram apresentadas as seguintes propostas:

- **Formação permanente da comunidade**, voltada ao enfrentamento do descarte irregular de resíduos, da violência e da falta de pertencimento, por meio de rodas de conversa, materiais educativos e formação de agentes populares, em parceria com órgãos públicos e iniciativas locais;

- **Produção urbana de alimentos saudáveis (hortas urbanas)**, articulando combate ao racismo ambiental, acesso a alimentos sem agrotóxicos e geração de renda, com início das ações nas escolas e apoio de parcerias educacionais;
- **Projetos de lei em âmbito federal** voltadas à justiça climática, incluindo uma Lei de Reciclagem com incentivos fiscais, fiscalização e educação ambiental, e a criação de marcos legais para a realocação segura de comunidades em áreas de risco;
- **Programa de integração de migrantes**, com curso anual de português, cultura brasileira e orientações práticas, em parceria com governo, organizações da sociedade civil e iniciativa privada, incluindo possibilidade de ensino a distância;
- **Projetos de acolhimento e mobilização comunitária** que articulam educação ambiental, reciclagem, campanhas e oficinas, integrando

políticas públicas e qualidade de vida, além da proposta de inserção da educação ambiental como disciplina no currículo escolar, com planejamento participativo, parcerias institucionais e monitoramento contínuo.

Diversas propostas partiram do reconhecimento de que migrantes e refugiados figuram entre os grupos mais afetados pelas mudanças climáticas e, ao mesmo tempo, constituem agentes fundamentais na construção de soluções. A noção de que a justiça climática deve ser construída por e para os diretamente impactados apareceu de forma recorrente. Em síntese, as ideias construídas em Brasília revelam uma dupla direção de ação: de baixo para cima, por meio da organização comunitária e da educação; e de cima para baixo, pela incidência em políticas públicas e na legislação. A capital aparece, assim, como espaço privilegiado de articulação entre o local e o nacional, onde a luta por um ambiente saudável, inclusão social e garantia de direitos se integra em uma mesma trajetória rumo à justiça climática.

Quadro justiça climática e deslocamentos humanos - Brasília



Injustiças vivenciadas

Secas, queimadas no Cerrado e desigualdades ambientais estruturais;



Direções de mudança

Infraestrutura sustentável, sistemas de alerta para eventos extremos, reaproveitamento de alimentos;



Resistências em curso

Mobilização comunitária, educação popular e articulação com instituições;



Propostas de transformação

Propostas de leis nacionais, educação ambiental formal, hortas urbanas e integração de migrantes.

Aprendizados e direções

O conjunto das oficinas evidencia que a injustiça climática não é percebida como fenômeno abstrato, mas como experiência cotidiana que atravessa corpos, territórios e trajetórias de vida. Ela se manifesta no calor exaustivo, nas enchentes, nas secas, nas queimadas e na contaminação da água, sempre articulada às condições de moradia, trabalho, infraestrutura urbana e à presença — ou ausência — do poder público.

Em todos os territórios, os participantes reconhecem que os impactos climáticos não são distribuídos de forma igual. Migrantes, povos indígenas, trabalhadores informais, moradores de áreas de risco e populações periféricas concentram maior exposição aos danos ambientais. Clima, migração e desigualdade aparecem como dimensões interligadas: o acesso precário ao trabalho define onde se pode morar; a moradia precária aumenta a exposição a enchentes, calor ou falta d'água; e a vulnerabilidade social dificulta o acesso à saúde, educação e informação. A injustiça climática, assim, opera como um sistema que reforça desigualdades já existentes.

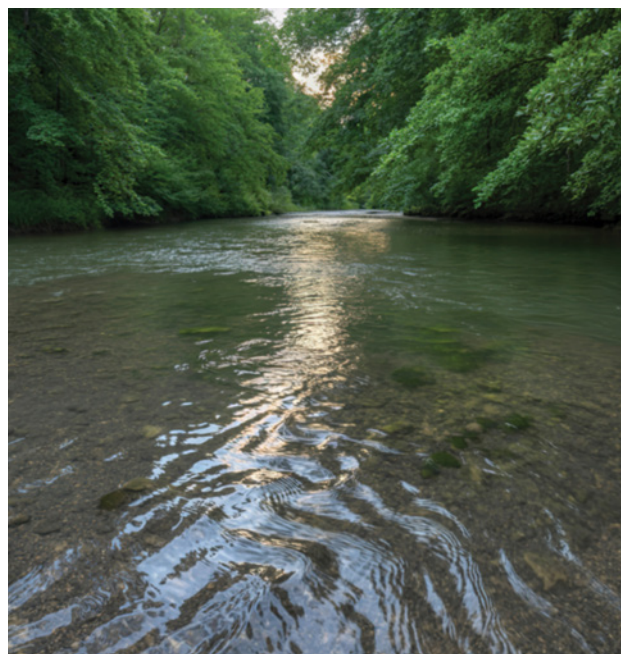
A justiça climática é compreendida como um contínuo que parte das práticas cotidianas de cuidado — partilha de recursos, apoio entre vizinhos, manutenção de saberes culturais, organização comunitária — e se projeta em demandas por direitos estruturais: moradia digna, terra, saneamento, trabalho, saúde e acesso a serviços públicos. As propostas apontam que adaptação climática e justiça social são inseparáveis.

Os **laboratórios de ideias** marcaram a passagem da análise para a proposição. Nesse espaço, os participantes formularam soluções que combinam três eixos recorrentes: **educação ambiental, organização comunitária e incidência sobre políticas públicas**. Surgiram propostas de gestão de resíduos, proteção de rios e nascentes, hortas urbanas, redes de apoio

a mulheres e migrantes, planos comunitários de contingência, projetos de acolhimento e iniciativas de caráter legislativo. Os laboratórios revelam que os grupos se reconhecem como agentes da transformação, articulando ações locais com demandas por mudanças institucionais.

Cada cidade apresentou ênfases específicas — o trauma das enchentes e a saúde mental em Canoas, o território e o pertencimento indígena em Belém, a integração via trabalho em Manaus, a responsabilização diante das enchentes no Rio de Janeiro e o debate redistributivo em Brasília —, mas todas convergem na compreensão de que justiça climática significa recompor condições mínimas de dignidade e reduzir desigualdades estruturais.

Os materiais produzidos constituem, assim, um mapeamento de experiências e proposições que articulam sofrimento, resistência e construção de caminhos. Uma política pública eficaz precisa dialogar com essa diversidade territorial, reconhecendo que clima, migração e desigualdade não são agendas separadas, mas expressões de um mesmo campo de disputa por direitos e por um futuro habitável.





Capítulo 2

Ação “Jardins das Infâncias Refugiadas e Migrantes”: Caminhos Cultivados



Assim como muitas aves migram, não porque querem deixar seus ninhos, mas porque precisam buscar lugares onde seja possível viver melhor, muitas pessoas também o fazem.

As aves seguem caminhos antigos, aprendidos com o grupo, enfrentam ventos, cansaço e mudanças, e quando chegam a um novo lugar, precisam de tempo para reconhecer o território, encontrar alimento e construir novos vínculos. Durante o percurso, as aves não viajam vazias: levam consigo sementes presas às penas, bicos ou nas patas, e ao pousarem em novos lugares, acabam espalhando vida, ajudando outras plantas a nascer. Mudar, então, faz parte da vida e ser acolhido no novo lugar, é tão importante quanto o voo em si.

Da mesma forma, quando uma criança se desloca, o faz trazendo consigo todos os aprendizados que adquiriu ao longo do seu processo de socialização no país de origem: a língua, as músicas, as brincadeiras, a comida, os valores e os afetos fazem parte do que ela é, e de como ela quer ser vista. Dispostas a recomeçar, elas encontram outras crianças junto às quais florescerão.

Possibilitar espaços em que as crianças migrantes e refugiadas possam colocar em evidência seus conhecimentos e em que possam ser vistas como agentes de transformação social e detentores de saberes, é reconhecer que, há nelas, muito por dizer e sobre o que nós, adultos, podemos aprender.



O Jardim das Infâncias Refugiadas e Migrantes foi uma ação tecida de forma colaborativa entre o Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH) e a Rede Infâncias Protagonistas: Migração, Arte e Educação, no marco do Projeto Clima e Deslocamentos Humanos e que buscou, de forma lúdica, salientar o protagonismo infantil na hora de falar sobre sustentabilidade e meio ambiente. Mediante oficinas perpassadas pelas linguagens artísticas, adaptáveis a qualquer contexto educativo, de baixo custo e facilmente replicáveis, as crianças migrantes, refugiadas e brasileiras promoveram consciência climática através da ação simbólica de plantio de mudas nativas das suas regiões.

O projeto alcançou as **cinco regiões do país (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul, Sudeste)** e **cinco dos seis biomas brasileiros (Amazônia, Cerrado, Mata Atlântica, Pantanal e Pampa)**. Para que isso fosse possível, foi necessário estabelecer contatos com parceiras locais, por meio do envolvimento de membros da Rede Infâncias Protagonistas.

Essas parceiras atuaram como mediadoras entre o projeto e as instituições nas quais foram realizadas as oficinas, garantindo que as informações fossem compartilhadas, os kits de jardinagem fossem entregues e, em muitos casos, participando das ações, fazendo registros e nutrindo as memórias do projeto.

As instituições, majoritariamente escolas de ensino fundamental, foram as encarregadas de adaptar, desenvolver e sediar as oficinas. O objetivo era que, independentemente de que fosse escola, igreja, ONG ou instituto cultural, o plantio da muda e as atividades relacionadas a este, fosse realizado em espaços atravessados pela educação.

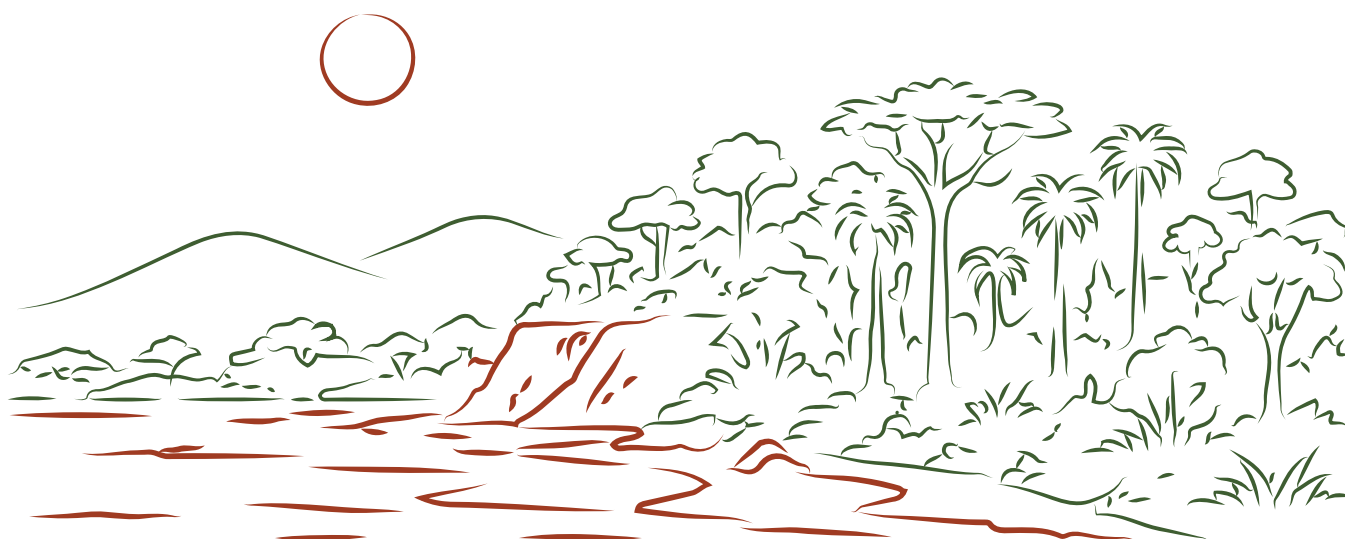
Ao todo, foram 10 instituições, mais de 300 crianças atendidas, sendo que, em todas as turmas houve, pelo menos, uma criança refugiada ou migrante. As principais nacionalidades dos pequenos “guardiões da natureza” foram: Brasil, Venezuela, Haiti, Bolívia, Nigéria, Paraguai, Líbano, Chile, Cuba e Irã.

Além das crianças atendidas, outros públicos contribuíram com os procedimentos logísticos: familiares, professoras e estudantes da educação básica, equipes pedagógicas de escolas, equipes de Organizações Não-Governamentais, professoras, pesquisadoras e estudantes de Instituições Federais de Educação (IFEs), representantes do ACNUR, representantes do poder executivo, como o vice-governador de Roraima, Secretaria de Agricultura Municipal e facilitadores do Parque Adolphinha, Florianópolis-SC, entre outros.

Por se tratar de crianças em mobilidade, o projeto adotou alguns cuidados éticos na hora de convocar, registrar e certificar as participantes. Desse modo, a) respeitou-se a singularidade das trajetórias de vida e contextos familiares de cada criança, valorizando a diversidade do grupo e evitando generalizações sobre a migração, b) explicou-se com clareza cada passo da oficina e o porquê deles estarem participando, realizaram-se as atividades em espaços que as crianças já conheciam com antecipação, de forma segura e acolhedora, respeitando sempre o direito à não parti-

cipação, c) a participação nos registros visuais esteve condicionada ao consentimento, e, mesmo assim, optou-se por proteger a imagem, garantindo uma não exposição de rostos ou elementos que permitam facilmente sua identificação, e, por último, d) adotou-se uma postura de responsabilidade na circulação e uso dos materiais. Desenhos, falas e imagens foram tratados como expressões legítimas das crianças, evitando interpretações que distorcessem seus sentidos ou usos que descontextualizassem a experiência.

Outros cuidados no desenrolar da ação foram: a) manter, pelo menos, uma criança migrante ou refugiada por turma; b) convidar as crianças a proporem brincadeiras, músicas ou contos do seu país de origem para dividir com o restante da turma; c) ao finalizar a ação, cada criança ganhou um certificado com seu nome completo, a identificando como “guardiã do clima” no intuito de nomear e personalizar a contribuição de cada criança à ação. As ações focaram na diversidade regional, no protagonismo infantil e nos caminhos coletivos da educação.



Dessa forma, semear, brincar, pintar e colher foram dispositivos para conhecer o outro. Foi através das canções, palavras-cruzadas, desenhos e histórias, que cada criança transformou a oficina em um espaço único, em que o compromisso com um futuro mais sustentável e com justiça climática, foi o eixo central.

A seguir encontra-se um passo a passo sobre o Jardim, no intuito de divulgar e tornar mais simples sua replicação. Além da descrição de cada etapa, encontram-se breves relatos sobre as experiências particulares de algumas cidades.

Estrutura da atividade:

RECURSOS E MATERIAIS INDICADOS:



Livro Pasito a Pasito – histórias de crianças venezuelanas



Material pedagógico contendo cruzadinhas, liga-pontos



Folhas em branco e canetinhas para desenhar



Baldinhos, regadores, ferramentas de jardinagem e pacotinhos de sementes de girassol



Muda de árvore nativa



Certificados de participação para os guardiões da natureza



Plaquinha para a instituição

Duração Média: 60 minutos

Número de participantes: 30 crianças

PASSO A PASSO METODOLÓGICO:

1. Roda de conversa e leitura do livro “Pasito a Pasito Cruzando fronteiras: Histórias de crianças venezuelanas”.
2. Contextualização lúdica do fenômeno migratório
3. Distribuição das cruzadinhas e do liga-pontos para as crianças preencherem
4. Produção de desenhos sobre o tema tratado na conversa inicial
5. Jogos, canções e brincadeiras propostos pelas crianças
6. Plantio da mudas nativas
7. Entrega de certificados e kit de plantio para as crianças repetirem a ação de plantio de mudas ou de sementes em casa
8. Entrega da plaquinha à instituição parceira, como forma de reconhecimento e compromisso com o clima.





2.1 Desenhando o Caminho

A metodologia da ação foi construída a partir de princípios que articulam linguagens artísticas, educação ambiental e reflexões sobre sustentabilidade e justiça climática, sempre com atenção às formas como as crianças habitam, sentem e narram o mundo.

Importante frisar que não se trata de um roteiro fechado, o que se desenha aqui é um caminho possível, que se deixa atravessar pelas especificidades de cada lugar, pelo clima do dia, pelo número de crianças, pelos tempos da escuta e pelas surpresas do encontro. Trata-se, antes de mais nada, de uma ação colaborativa, isto é, ela não só envolve diversas mãos no seu desenrolar, como se refaz com a experiência que cada parceira local vai tendo e registrando.

RODA DE CONVERSA: ONDE TUDO COMEÇA

A oficina inicia-se com a formação de uma roda. Sentar no chão ou em pequenas cadeiras, olhar-se nos olhos, compartilhar o mesmo espaço. A roda é um gesto metodológico usado com o intuito de suspender hierarquias, desacelerar o tempo e convidar à fala. É nesse primeiro momento que se constrói um ambiente de acolhimento, onde as crianças são reconhecidas como sujeitos de experiência e entendem, de fato, o quão importante será a presença delas nessa atividade.

Para este momento, sugere-se a leitura do livro **“Pasito a Pasito Cruzando fronteiras: Histórias de crianças venezuelanas”** traz a voz de crianças que, assim como elas, também saíram dos seus países e encontraram no Brasil um lar. Nele, encontram-se breves histórias das jornadas migratórias, a partir de uma perspectiva infantil. Memórias, sonhos, histórias assustadoras e desejos das crianças, transitando entre o passado na Venezuela, o presente no Brasil e o futuro que almejam construir.

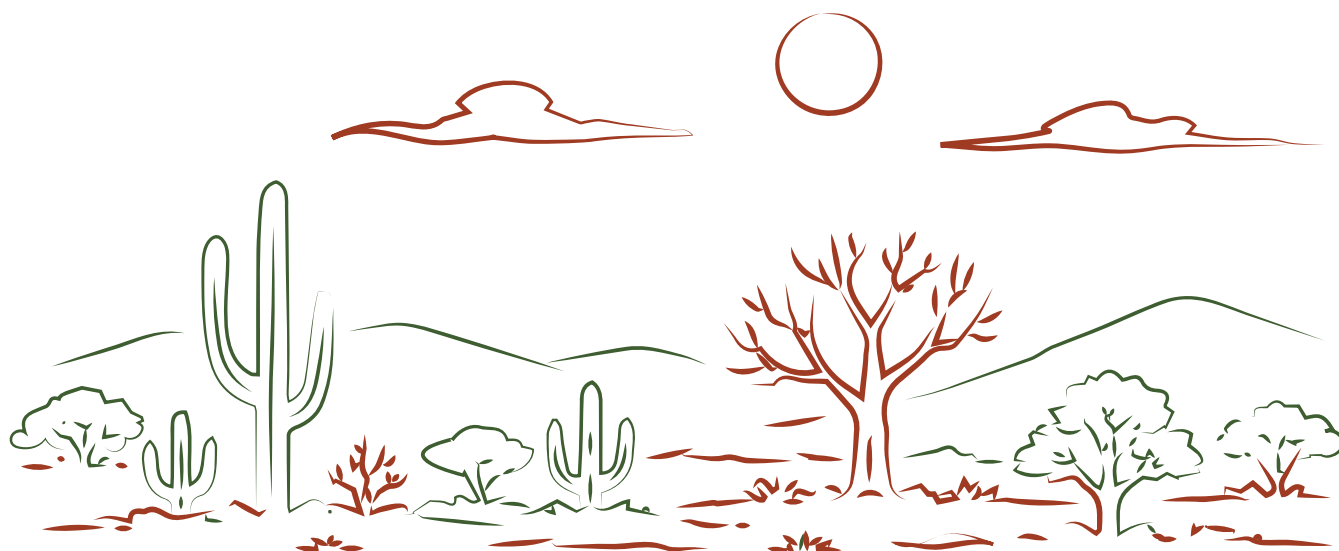
A proposta é a de ler trechos do livro, histórias curtas, com a intenção de que as palavras circulem pela roda e encontrem eco nas vivências de algumas crianças que se reconhecem nelas.

Nas ações desenvolvidas, algumas crianças escutaram em silêncio, outras comentaram, riram, lembraram, perguntaram. A leitura abre frestas para falar de migração sem a necessidade de definições rígidas: a migração aparece como percurso, travessia, mudança e saudade. A pequena analogia que abriu este texto, sobre a migração das aves, foi sugerida às parceiras locais para unir, de forma simples e lúdica, os deslocamentos e a educação ambiental. Quem já ouvir falar que as aves migram? O que é migrar?

A leitura já é uma atividade em si, podendo ser feita por um adulto, em turmas do ensino infantil e primeiros anos do fundamental, ou pelas próprias crianças, quando já contam com esta habilidade.

Durante as ações, algumas parceiras locais optaram por realizar esta fase em dias diferentes ao plantio. Em Santa Maria-RS, por exemplo, foi necessário dividir a oficina em diversas etapas, respeitando o ritmo e combinados com as crianças autistas da turma. Semelhante aconteceu em Manaus-AM, onde a oficina foi atravessada pelo feriado do dia do professor e período de intensa chuva na cidade, o que incentivou a que o período de acolhimento e conversa fosse feito dias antes ao plantio. Em Florianópolis, a atividade foi programada para acontecer por completo em um único dia, já que o plantio seria feito em um parque municipal e as crianças estariam acompanhadas pelas suas famílias.

Em Boa Vista-RR, a leitura esteve a cargo das crianças, que dividiram o palco com o vice-governador de Roraima, que contribuiu com a leitura de alguns trechos. Em Barreiras-BA, a leitura esteve a cargo da nossa parceira local, a professora Digmar Agreda. E assim, foi se formando uma grande colcha de retalhos pelo Brasil todo.



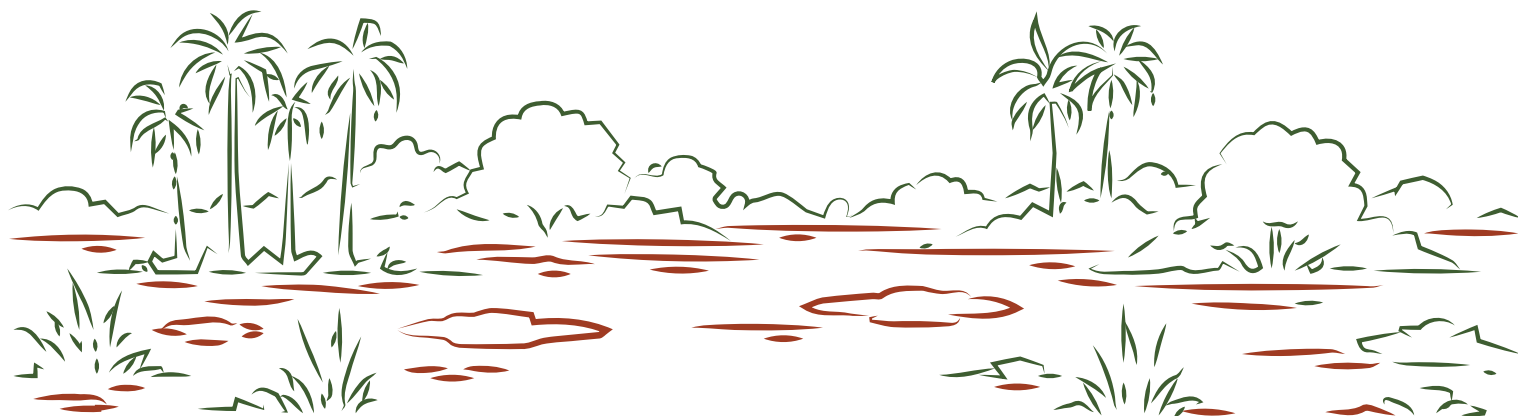
CONTEXTUALIZAÇÃO LÚDICA DO FENÔMENO MIGRATÓRIO:

A partir da história narrada, conversas sobre a história vivida aparecem. Fala-se de deslocamentos, de chegar a um lugar novo, de línguas diferentes, de casas deixadas para trás, de novos amigos que se fizeram por aqui. A contextualização do fenômeno migratório acontece de forma sensível, ancorada nas falas das próprias crianças e em exemplos próximos do seu cotidiano. O conhecimento não vem pronto: ele se constrói no diálogo.

Como uma forma de ampliar esse conhecimento e ativar as linguagens artísticas, sugere-se cantar um trecho da música: “Lo feo” da cantora e compositora cubana Teresita Fernández:

*A las cosas que son feas ponles un poco de amor
A las cosas que son feas ponles un poco de amor
Y veras que la tristeza, y verás que la tristeza
Y verás que la tristeza va cambiando de color*

Em Santa Maria-RS, a professora responsável pela turma decorou o refrão da música e ensinou aos seus pequenos alunos do pré-B, que entoaram juntos a música, resultando em um momento muito marcante da oficina. Após a música, a professora explicou que a pequena dificuldade que eles tiveram na hora de cantar, deve-se à diferença das línguas, mas que com um pouco de vontade, todos conseguiram praticar e se entender e que, essa mesma dificuldade era enfrentada por algumas pessoas e colegas, que vêm de outras cidades e países.





DISTRIBUIÇÃO DAS CRUZADINHAS: BRINCANDO COM AS PALAVRAS E OS SENTIDOS

As atividades lúdicas, como cruzadinhas, liga-pontos e outros materiais, entram como outro modo de elaborar o que foi conversado. Enquanto ligam pontos ou procuram palavras, as crianças reorganizam ideias, retomam conceitos e criam conexões próprias. O aprender acontece com o corpo em movimento, com o lápis na mão, com a curiosidade acesa.

Estas atividades estão dentro do livro *Pasito a Pasito* e podem ser feitas no ritmo que a turma permitir. Em alguns contextos, por se tratar de turmas de educação infantil, esta atividade não chegou a ser feita, mas foi com o kit para casa, para fazerem em companhia dos pais ou mais adiante, quando a leitura e a escrita estiverem mais desenvolvidas.

PRODUÇÃO DE DESENHOS: SENTIR E IMAGINAR

Na sequência, sugere-se a elaboração de desenhos a partir dos sentires da conversa inicial, da leitura dos trechos do livro e da conversa guiada sobre migração, trazendo uma outra reflexão por meio das cores, formas e cenas. Desse modo, surgem casas, caminhos, árvores, pessoas, bandeiras e plantas. Esta produção artística permite que sentimentos e experiências ganhem forma sem a exigência da fala, o que coloca todos da turma de igual para igual. O desenho é tratado como narrativa legítima, como registro sensível da experiência, sem necessidade de explicações ou diretrizes para sua confecção.



JOGOS, CANÇÕES E BRINCADEIRAS: O BRINCAR COMO LINGUAGEM COMUM

*Bonne journée à tous les amis
Bonne journée les mamans, les papas
Bonne journée à tout le monde
Et vois comme on te sourit !
Bonne journée à tous les amis
Bonne journée les mamans, les papas
Bonne journée à tout le monde
Et vois comme on te sourit !
Bonne journée !
Le soleil est levé
Il brille sans s'arrêter
Papa est près de toi
Mais dis-moi, qu'est-ce que j'entends là ?*

(Bonne journée - música infantil em francês)

A música anterior faz parte das músicas tradicionais que as crianças em idade pré-escolar aprendem em francês. Ela tocou na sala do pré-B da Escola Municipal de Ensino Fundamental Vicente Farenzena, em Santa Maria, Rio Grande do Sul, durante a oficina. A professora regente, quis acolher um dos seus alunos, provindo do Haiti e aproveitar e mostrar para a turma, tudo que poderiam aprender com seu coleguinha.



Da mesma forma, em outras ações, surgiram músicas como “Los Pollitos Dicen”, o “*Agua de limón*”, tradicionais entre as crianças venezuelanas e colombianas, por exemplo. “Los pollitos dicen pío, pío pío, cuando tienen hambre, cuando tienen frío... la gallina busca, el maíz y el trigo, les da la comida y les presta abrigo” ecoou nas salas de escolas e instituições parceiras.

Talvez o Jardim das Infâncias Refugiadas e Migrantes tenha sido o pontapé, a desculpa perfeita para que não apenas a turma, mas a escola inteira, passasse a falar sobre migração e deslocamentos e a valorizar os saberes que as crianças migrantes trazem consigo.

Jogos, canções e brincadeiras emergem muitas vezes por iniciativa das próprias crianças. Brinca-se do que se conhece, mas também do que se aprende com o outro. O brincar cria pontes entre culturas, dissolve diferenças linguísticas e reafirma o direito das crianças de serem crianças, mesmo em contextos marcados por deslocamentos e rupturas. Importante mencionar que a brincadeira dirigida não supõe um intervalo ou recompensa entre atividades, e que nas brincadeiras propostas, tanto as crianças quanto os adultos, foram convidados a participar, de forma es-

pontânea, misturada e sem hierarquias. A brincadeira é a atividade em si, sem necessidade de justificativas, premiações ou reflexões.

No brincar, produzem-se sentidos sobre o mundo, sobre si e sobre o outro. As crianças brincam para compreender, para lembrar, para experimentar futuros possíveis. As brincadeiras são uma alternativa às explicações lineares dos adultos. Ao brincar, as crianças narram. Nem sempre com palavras, mas com gestos, movimentos, cantos, repetições e silêncios. As narrativas que emergem no brincar são fragmentadas, circulares, abertas que permitem explicar, sentir, reorganizar, vivenciar com todos os sentidos.

É importante que, no momento de brincar, as crianças sejam ouvidas antes, durante e depois da brincadeira. Que elas proponham, articulem, direcionem e terminem a brincadeira.

Em diversas cidades, o impacto da ação estendeu-se a outras turmas, que aproveitaram a oportunidade e trabalharam a temática em sala, frisando o protagonismo de outras crianças migrantes, descendentes de migrantes ou refugiadas.

PLANTIO DE MUDAS NATIVAS: SUJAR AS MÃOS, PLANTAR A VIDA

O momento do plantio marca uma virada na oficina. Se antes as atividades tinham sido desenvolvidas em uma sala de aula ou algum espaço fechado, agora é momento de sair, tocar a terra, conhecer as ferramentas de plantio, pegar a água e o regador, aprender sobre cuidado e futuro.

Como proposta fundamental da ação, a muda plantada será da região na qual se encontram as crianças. Nos 10 jardins plantados inicialmente, nas 5 regiões do país, em 5 dos 6 biomas brasileiros, plantaram-se ipês, limoeiros, cupuaçus, abius e rambutão. O jardim que nasce ali conecta migração e território, mostrando que também é possível criar raízes em solo novo.

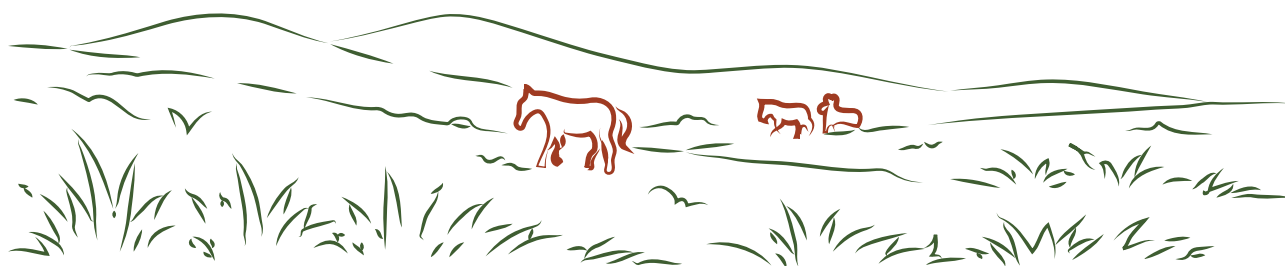
Em Barreiras-BA, algumas mudas receberam o nome das crianças migrantes que as plantaram, enquanto em Brasília uma criança sugeriu que uma flor fosse chamada de “Irmã Rosita”. Em Santa Maria-RS, além de nomeá-las, as crianças combinaram de, sempre que passarem na frente, cumprimentar bem forte seu Ipê. Em Boa Vista-RR, um local tão importante para a migração venezuelana no país, o jardim expandiu-se, criando-se um Jardim das Infâncias Refugiadas e Migrantes na Praça Mané Garrincha, através da Secretaria Municipal de Conservação Pública, vinculada à Prefeitura de Boa Vista como um desdobramento da ação inicial. A ideia é que cada migrante que por lá passe, reconheça no jardim, um pouco da sua trajetória.



ENTREGA DE CERTIFICADOS: NOMEAR, AMPLIAR E REPLICAR

A entrega dos certificados e do kit de plantio prolonga a experiência. As crianças levam consigo um pequeno kit com sementes de girassol, vaso, regador e pá, e com eles, a possibilidade de repetir o gesto em casa, na escola, na comunidade. O reconhecimento simbólico reforça que elas participaram de algo importante e que continua crescendo para além da oficina.

Desde o início, as estratégias de se ter certificados que nomeiam cada criança como “guardião do clima”, e kits de jardinagem individuais que permitem replicar o plantio em outros espaços, tornaram a experiência das oficinas em uma prática duradoura e que amplia a outros espaços o impacto da ação.







2.2 Resultados e descobertas: Frutos do Caminho

O **Jardim das Infâncias Refugiadas e Migrantes** demonstrou a força das crianças como criadoras de futuros sustentáveis. A ação semeou, em diferentes biomas, valores de acolhimento, interculturalidade e cuidado com a natureza, o Planeta Terra, como Casa Comum da Humanidade.

Cada instituição adaptou a proposta ao seu território, mostrando que refúgio, **migração, arte e educação podem florescer mesmo em contextos de vulnerabilidade**, produzindo pertencimento e esperança.

A experiência aponta, assim, para a potência de metodologias que articulam escuta, criação e ação. Ao reconhecer as crianças como agentes de conhecimento e não apenas como destinatárias de conteúdos, contribuindo para a construção de processos educativos

que se fazem no encontro e na atenção ao que emerge. É nesse espaço, aberto, dinâmico e coletivo, que se desenharam possibilidades de pensar deslocamentos humanos e cuidado com o planeta de forma entrelaçada.

Em alguns territórios, o alcance da oficina extrapolou o espaço educativo. A presença do jardim despertou a atenção de atores locais e abriu espaços de escuta para as demandas relacionadas às infâncias migrantes. Esses encontros, muitas vezes imprevistos, indicam que ações sensíveis e situadas podem produzir efeitos no campo das políticas públicas, criando brechas para o diálogo entre crianças, educadores e gestores.

A diversidade dos biomas em que as oficinas aconteceram trouxe densidade ao trabalho. Em cada instituição, a relação com o ambiente local orientou as conversas, as escolhas das espécies plantadas e as associações feitas pelas crianças. A crise climática apareceu vinculada à escassez de água, às cheias, ao calor intenso ou à preservação da vegetação, conforme o

território, permitindo que temas globais fossem elaborados a partir de experiências concretas próximas.

Ao final do percurso, a imagem que permanece é a das crianças acompanhando o crescimento das plantas. Nela se condensam os sentidos mobilizados pela oficina: cuidado, pertencimento, interculturalidade

e responsabilidade compartilhada. A oficina revela a potência das crianças como agentes de processos educativos sobre o clima e o deslocamento humano, apontando para caminhos coletivos construídos a partir da escuta, da criação e da relação com a terra. As crianças foram cocriadoras de cada atividade, protagonistas das narrativas e guardiãs do futuro climático.





Capítulo 3

**Ementa universitária: dos territórios vividos aos
espaços institucionais de saber**



Se nos capítulos anteriores caminhamos pelas experiências concretas de quem sente a crise climática na pele — adultos que reconstruíram vidas após enchentes, crianças que plantaram árvores levando consigo memórias de outros territórios —, agora atravessamos outro limiar: o das universidades, onde esses saberes vividos podem encontrar reconhecimento institucional, sistematização acadêmica e multiplicação formativa.

A ementa que se apresenta a seguir não nasceu isolada dos percursos anteriores. Ela é fruto direto das oficinas “Caminhos da Justiça Climática e Deslocamentos Humanos” e da ação “Jardins das Infâncias Refugiadas e Migrantes” — carrega em sua estrutura as vozes que ecoaram nos post-its laranjas, verdes e azuis, as propostas construídas nos laboratórios comunitários, os desenhos das crianças, as sementes plantadas em cinco biomas brasileiros. O que os participantes das oficinas nomearam como injustiças, resistências e horizontes de transformação encontram aqui tradução pedagógica: torna-se conteúdo programático, bibliografia, exercício prático, campo de investigação acadêmica.

Esta ementa representa, portanto, um duplo movimento de institucionalização e democratização do conhecimento. Institucionalização porque insere a temática “Clima e Deslocamentos Humanos” no currículo universitário formal, garantindo-lhe legitimidade acadêmica e continuidade no tempo. Democratização porque foi pensada para circular amplamente, ser adaptada a diferentes contextos institucionais e regionais, dialogar com as especificidades de cada território e de cada corpo docente que vier a recriá-la.

A proposta pode — e deve — ser apropriada criativamente por docentes de diferentes disciplinas e instituições. Professoras de Antropologia podem enfatizar as seções sobre narrativas e saberes tradicionais; docentes de Sociologia podem aprofundar as análises sobre desigualdades estruturais e justiça climática; pesquisadores de Relações Internacionais ou Direito podem expandir as discussões sobre marcos normativos e proteção internacional. A ementa funciona como matriz geradora, não como camisa de força: seus eixos podem ser reorganizados, suas bibliografias complementadas com produções locais, suas metodologias ajustadas aos recursos disponíveis em cada universidade.

Mais do que isso: a ementa foi desenhada para transcender os muros universitários através de seu componente extensionista. Os exercícios práticos propostos — o mapeamento etnográfico de redes de apoio e a elaboração de dossiês propositivos para políticas públicas — não são apenas estratégias pedagógicas, mas pontes concretas entre universidade e sociedade. Ao realizá-los, os estudantes retornam aos mesmos territórios onde as oficinas foram realizadas, dialogam com as mesmas organizações que acolheram as crianças plantadoras, escutam as mesmas vozes que nomearam suas vulnerabilidades e resistências. Fecha-se assim um ciclo virtuoso: a universidade não apenas sistematiza saberes gerados nas comunidades, mas devolve a elas, sob forma de pesquisa aplicada e proposições políticas, os frutos dessa construção formativa.

A disciplina articula-se, dessa forma, como elo de uma corrente maior. As oficinas sensibilizaram e formaram centenas de pessoas em treze cidades; as crianças plantaram jardins em cinco regiões; e agora, a ementa multiplica esses gestos formadores ao preparar novas gerações de profissionais — assistentes sociais, antropólogas, sociólogos, gestores públicos, educadoras — capacitados para atuar nas interseções entre crise climática, mobilidade humana e justiça social.

Já implementada inicialmente na Universidade de Brasília e na Universidade Federal de Roraima — dois territórios estratégicos para o debate migratório brasileiro —, a ementa convida outras instituições a adotá-la, recriá-la e expandi-la. Cada adaptação será uma nova semente; cada turma formada, um novo jardim de possibilidades. Porque, como Irmã Rosita nos ensinou e como este projeto vem demonstrando em cada uma de suas trilhas: se faz o caminho caminhando, e os caminhos da justiça climática só serão trilhados de forma duradoura se conseguirmos formar, nas universidades e nas comunidades, gerações comprometidas com a escuta, o cuidado e a transformação.

Ementa: crises climáticas e deslocamentos humanos



RESUMO DA EMENTA

Esta disciplina examina a intersecção entre mudanças climáticas e mobilidade humana através de perspectivas sociológicas e antropológicas, problematizando como eventos climáticos extremos, degradação ambiental e transformações ecossistêmicas reconfiguram padrões migratórios, identidades culturais e estruturas sociais. O curso articula um **eixo integrador** que conecta pesquisa aplicada, reconhecimento de saberes situados e formulação de orientações para políticas públicas, fundamentando-se na premissa de que os deslocamentos forçados pelo clima demandam abordagens transdisciplinares que valorizem tanto evidências científicas quanto conhecimentos tradicionais e experiências vividas de populações vulnerabilizadas.

A proposta pedagógica estrutura-se em torno de um **ciclo investigativo-propositivo** que capacita estudantes a: (1) compreender dimensões sociológicas e antropológicas dos deslocamentos induzidos pelo clima; (2) analisar desigualdades estruturais que amplificam vulnerabilidades climáticas; (3) examinar processos de adaptação cultural e reorganização social em contextos de mobilidade forçada; (4) investigar a produção de novos arranjos identitários e territoriais; e (5) desenvolver propostas concretas de políticas públicas baseadas em evidências e reconhecimento intercultural.

O componente extensionista articula-se com o projeto “Clima e Deslocamentos Humanos” do IMDH e ACNUR, materializando a interface pesquisa-reconhecimento-políticas públicas através de laboratórios colaborativos, oficinas interculturais, *advocacy* baseado em evidências e produção de conteúdos propositivos que contribuam para o fortalecimento

de redes de proteção e promoção de justiça climática. O documento completo de todas as referências bibliográficas selecionadas para compor essa disciplina se encontra na seção de apêndice deste guia (APÊNDICE IV).

Seções temáticas



I. CARTOGRAFIAS DO DESENRAIZAMENTO: COMPREENDENDO AS BASES DE UMA CRISE PLANETÁRIA

Estabelecendo as bases epistemológicas para compreensão da interface clima-migração

Esta seção introduz os estudantes aos marcos conceituais fundamentais que orientam a análise sociológica e antropológica dos deslocamentos climáticos. Examina-se a construção social dos conceitos de “refugiado ambiental”, “migração forçada” e “justiça climática”, problematizando suas limitações e potencialidades analíticas. A abordagem privilegia uma perspectiva crítica que reconhece as dimensões estruturais das vulnerabilidades diferenciadas, questionando narrativas que despolitizam as causas dos deslocamentos climáticos ao naturalizá-las como consequências inevitáveis de mudanças ambientais.



II. GEOGRAFIAS DA INJUSTIÇA: QUANDO A TERRA SE TORNA INABITÁVEL

Compreendendo as dimensões sistêmicas da crise climática e seus impactos diferenciados

Aprofunda-se a análise das desigualdades estruturais que amplificam vulnerabilidades climáticas, examinando como marcadores sociais de diferença (classe, raça, gênero, geração, territorialidade) interagem na produção de exposições diferenciadas aos riscos ambientais. Esta seção problematiza a distribuição desigual dos impactos climáticos, evidenciando como populações historicamente marginalizadas enfrentam maiores riscos de deslocamento forçado, ao mesmo tempo em que dispõem de menores recursos adaptativos. A perspectiva da justiça climática orienta reflexões sobre responsabilidades diferenciadas e necessidade de reparações históricas.

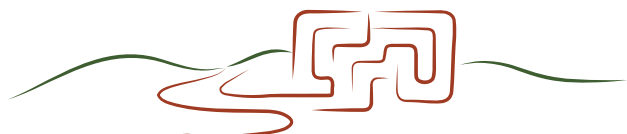


III. MEMÓRIAS EM TRÂNSITO: VOZES, NARRATIVAS E SABERES QUE RESISTEM

Valorizando narrativas, práticas culturais e conhecimentos tradicionais de adaptação

Esta seção privilegia o reconhecimento de saberes situados e experiências vividas de populações em contextos de mobilidade climática. Através de abordagem etnográfica sensível, examina-se como diferentes grupos desenvolvem estratégias culturalmente informadas de adaptação, resistência e

reorganização social. A perspectiva antropológica das narrativas permite compreender como pessoas deslocadas mobilizam recursos simbólicos, redes de solidariedade e práticas tradicionais para enfrentar transformações ambientais, problematizando visões que as reduzem à condição de vítimas passivas.



IV. LABIRINTO INSTITUCIONAL DA PROTEÇÃO

Analizando respostas institucionais e lacunas de proteção

Examina-se criticamente o panorama de políticas públicas voltadas para populações deslocadas pelo clima, identificando avanços, limitações e lacunas nos marcos normativos existentes. Esta seção articula análise documental de legislações, programas governamentais e relatórios institucionais (OBMigra, ACNUR) com reflexões sobre adequação cultural das respostas institucionais. Problematisa-se a tensão entre abordagens universalistas e necessidade de reconhecimento de especificidades culturais e territoriais de diferentes grupos em situação de deslocamento.



V. TEIAS DE SOLIDARIEDADE: QUANDO A SOCIEDADE CIVIL SE ORGANIZA

Investigando organizações, movimentos e articulações da sociedade civil

Analisa-se o papel de organizações da sociedade civil, movimentos sociais e redes transnacionais na proteção de populações deslocadas pelo clima. Esta seção examina estratégias de *advocacy*, incidência política e construção de agendas públicas desenvolvidas por atores não-estatais, problematizando tensões entre lógicas humanitárias e perspectivas de direitos. Investiga-se como organizações como IMDH articulam ação direta, produção de conhecimento e incidência política, contribuindo para fortalecimento de redes de proteção e promoção de justiça climática.



VI. HORIZONTES DE ESPERANÇA: CONSTRUINDO FUTUROS POSSÍVEIS

Construindo orientações para políticas públicas e ação social

A seção final integra conhecimentos construídos ao longo do curso para desenvolvimento de propostas concretas de políticas públicas e intervenções sociais. Privilegia-se abordagem colaborativa que articule evidências científicas, saberes locais e expertise de organizações especializadas na formulação de orientações viáveis e culturalmente sensíveis. Esta perspectiva propositiva materializa-se na elaboração de dossiês de políticas públicas que traduzem análises acadêmicas em recomendações práticas para gestores, legisladores e organizações da sociedade civil.

Sugestões de exercícios práticos

EXERCÍCIO 1: MAPEAMENTO ETNOGRÁFICO DE REDES DE APOIO

Objetivo: Desenvolver competências de pesquisa qualitativa para identificação e análise de redes informais de apoio a populações em situação de deslocamento climático.

Metodologia: Os estudantes, organizados em duplas, realizarão mapeamento etnográfico de organizações, coletivos ou redes comunitárias que atuam no acolhimento de populações migrantes e refugiadas em sua região. O exercício combina observação participante, entrevistas semi-estruturadas e análise documental para compreender: (a) estratégias de mobilização e articulação; (b) práticas de cuidado e acolhimento cul-

turalmente informadas; (c) desafios enfrentados na interface com políticas públicas; (d) saberes locais mobilizados nos processos de integração.

Produtos esperados:

- Diário de campo reflexivo (mínimo 10 páginas)
- Mapa visual das redes identificadas com análise das conexões
- Relatório etnográfico problematizando tensões entre lógicas institucionais e práticas comunitárias
- Apresentação oral com devolutiva para organizações participantes

Critérios de avaliação: Sensibilidade etnográfica, capacidade analítica, reflexividade metodológica, articulação teoria-empíria, compromisso ético com participantes da pesquisa.

EXERCÍCIO 2: ELABORAÇÃO DE DOSSIÊ PROPOSITIVO PARA POLÍTICAS PÚBLICAS

Objetivo: Capacitar estudantes para tradução de conhecimentos acadêmicos e saberes situados em orientações concretas para formulação de políticas públicas sensíveis às especificidades dos deslocamentos climáticos.

Metodologia: Grupos de 4-5 estudantes desenvolverão dossiê propositivo articulando: (1) diagnóstico situacional baseado em dados do OBMigra e ACNUR; (2) análise crítica de marcos normativos existentes; (3) sistematização de experiências exitosas de organizações da sociedade civil; (4) propostas de políticas públicas fundamentadas em evidências científicas e reconhecimento intercultural; (5) estratégias de *advocacy* e incidência para implementação das propostas.

ESTRUTURA DO DOSSIÊ:

- **Sumário Executivo** (2 páginas): síntese das principais recomendações
- **Diagnóstico** (8-10 páginas): caracterização do problema e análise de lacunas
- **Experiências de Referência** (5 páginas): sistematização de práticas exitosas
- **Propostas** (10-12 páginas): orientações detalhadas com viabilidade e impacto
- **Plano de Incidência** (3 páginas): estratégias de implementação e monitoramento

Produtos complementares:

- Apresentação para gestores públicos e organizações parceiras
- Infográfico com principais recomendações
- Vídeo de 5 minutos sintetizando propostas centrais

CrITÉRIOS de avaliação: Fundamentação teórico-empírica, viabilidade das propostas, sensibilidade intercultural, clareza comunicativa, potencial de impacto social.

Avaliação geral do curso: Exercício 1 (35%), Exercício 2 (40%), Participação em atividades de extensão (25%).



Considerações Finais

Abrindo trilhas para políticas públicas



Caminhos que se encontram: síntese de uma jornada coletiva



Este guia prático nasceu de um reconhecimento — o Prêmio Global Nansen de Refugiados 2024 concedido à Irmã Rosita Milesi — e transformou-se em legado vivo. Mais do que documentar ações realizadas, estas páginas testemunham a potência de processos formativos que colocam no centro aqueles que vivenciam na própria pele as intersecções entre crise climática e deslocamentos humanos. Do Rio de Janeiro a Belém, de Manaus a Canoas, de Brasília aos jardins plantados em cinco biomas brasileiros, mais de 900 pessoas — adultos, crianças, migrantes, refugiados, brasileiros, educadores, gestores — caminharam juntas construindo saberes, nomeando injustiças, tecendo resistências e projetando futuros possíveis.

As três trilhas metodológicas apresentadas — as oficinas “Caminhos da Justiça Climática e Deslocamentos Humanos”, a ação “Jardins das Infâncias Refugiadas e Migrantes” e a ementa universitária “Crises Climáticas e Deslocamentos Humanos” — não são experiências

isoladas, mas elos de uma mesma corrente. Juntas, compõem um sistema integrado de formação que atravessa diferentes públicos, linguagens e territórios, demonstrando que a justiça climática se constrói simultaneamente nas comunidades, nas escolas e nas universidades.

As oficinas com adultos revelaram que quem vive os impactos da crise climática não apenas sofre suas consequências, mas produz conhecimento crítico sobre suas causas estruturais e elabora propostas concretas de transformação. Os post-its laranjas nomearam injustiças que conectam enchentes no Rio Grande do Sul com terremotos no Haiti, calor extremo em Manaus com discriminação no acesso ao trabalho, queimadas no Cerrado com insegurança alimentar. Os post-its verdes evidenciaram que resistir já é praticar justiça climática: através de mutirões, cozinhas solidárias, associações de migrantes, práticas de reciclagem e reflorestamento comunitário. Os post-its azuis projetaram

horizontes que articulam políticas públicas estruturantes — moradia digna, acesso à saúde mental, sistemas de alerta e compensação por crises — com organização de base e educação ambiental transformadora.

Os jardins plantados por mais de 300 crianças demonstraram que as infâncias migrantes e refugiadas são sujeitos políticos potentes, capazes de elaborar reflexões complexas sobre pertencimento, território e sustentabilidade através de linguagens próprias: o desenho, o brincar, o plantar, o cuidar. Ao nomear ipês com seus próprios nomes, ao cumprimentar as árvores quando passam pela escola, ao levar kits de jardinagem para casa e replicar o gesto do plantio em outros espaços, essas crianças materializaram uma compreensão profunda de que criar raízes em solo novo é possível, necessário e político. Os jardins tornaram-se marcadores territoriais que afirmam: aqui também é nosso lugar, e vamos cuidar dele.

A ementa universitária fecha o ciclo ao institucionalizar esses saberes no ensino superior, formando profissionais — assistentes sociais, antropólogas, sociólogos, educadores, gestores públicos — preparados para atuar nas intersecções entre crise climática, mobilidade humana e justiça social. Ao propor exercícios extensionistas que retornam aos territórios onde as oficinas aconteceram, a disciplina cria pontes entre universidade e comunidade, garantindo que o conhecimento acadêmico não se descole das experiências vividas, mas dialogue permanentemente com elas.

TRÊS APRENDIZADOS FUNDAMENTAIS EMERGEM DESSA JORNADA:

Primeiro: A justiça climática é inseparável da justiça social. Em todos os territórios percorridos, evidenciou-se que a crise climática amplifica desigualdades estruturais preexistentes. Migrantes, refugiados, povos indígenas, moradores de periferias, trabalhadores informais, mulheres, crianças — aqueles que historicamente menos contribuíram para as emissões de gases de efeito estufa são os que mais sofrem seus

impactos e dispõem de menores recursos adaptativos. Qualquer política climática que não enfrente essas desigualdades estruturais será, na melhor das hipóteses, insuficiente; na pior, reprodutora de injustiças.

Segundo: As populações afetadas são protagonistas insubstituíveis na construção de soluções. As propostas mais potentes emergiram não de diagnósticos tecnocráticos externos, mas da escuta cuidadosa de quem vive a crise no cotidiano. Foram os participantes das oficinas que identificaram que justiça climática em Canoas significa apoio psicológico pós-trauma; em Belém, acesso à terra e reconhecimento cultural Warao; no Rio de Janeiro, compensação econômica e responsabilização do poder público; em Manaus, completar o acolhimento com trabalho e moradia; em Brasília, taxação de grandes poluidores e redistribuição de recursos. Sem essa escuta situada, políticas públicas correm o risco de responder a problemas mal formulados.

Terceiro: A transformação exige articulação entre diferentes escalas de ação. A crise climática é global, mas suas soluções precisam ser tecidas no encontro entre políticas estruturantes (marcos legais, financiamento, infraestrutura) e práticas comunitárias (organização de base, saberes tradicionais, redes de cuidado). As crianças que plantam árvores em Goiânia, os venezuelanos que criam associações em Canoas, os Warao que reivindicam território em Belém, os estudantes universitários que mapeiam redes de apoio em Brasília — todos são elos necessários de uma mesma corrente de transformação.

Este guia, portanto, não é ponto de chegada, mas ponto de partida. As metodologias aqui sistematizadas foram desenhadas para serem replicadas, adaptadas, recriadas em outros territórios e contextos. Cada nova oficina realizada, cada novo jardim plantado, cada nova turma formada pela disciplina universitária será uma semeadura de possibilidades. E como toda semeadura, exige paciência, cuidado e confiança de que as sementes germinarão — ainda que não saibamos exatamente quando nem em que forma.





Orientações para políticas públicas: da experiência vivida à ação institucional

As experiências documentadas neste guia apontam para necessidades urgentes que demandam respostas institucionais coordenadas. A seguir, apresentamos orientações para políticas públicas que emergem da articulação entre as três frentes metodológicas desenvolvidas — oficinas com adultos, jardins das infâncias e formação universitária. Estas não são recomendações abstratas, mas propostas fundamentadas em evidências empíricas coletadas ao longo do projeto e validadas pelas vozes de mais de 600 participantes.



1. POLÍTICAS INTERSETORIAIS DE PROTEÇÃO E ACOLHIMENTO

As narrativas coletadas evidenciam que o deslocamento climático não é uma dimensão isolada que possa ser tratada por uma única pasta ministerial. É preciso construir políticas intersetoriais que articulem:

- **Assistência Social + Meio Ambiente:** criação de programas de transferência de renda específicos para famílias afetadas por eventos climáticos, vinculados a projetos de reconstrução sustentável e educação ambiental.
- **Saúde + Meio Ambiente:** implementação de protocolos de atendimento psicossocial para vítimas de eventos climáticos, reconhecendo o trauma como dimensão da injustiça climática. Formação de equipes de saúde preparadas para atender demandas específicas de populações deslocadas, incluindo capacitação intercultural e tradução/interpretação.
- **Trabalho + Meio Ambiente + Migração:** programas de qualificação profissional e intermediação de emprego voltados especificamente para migrantes e refugiados em contextos de vulnerabilidade climática, reconhecendo que estabilidade econômica é condição para adaptação.
- **Educação + Meio Ambiente + Direitos Humanos:** inclusão curricular obrigatória de conteúdos sobre justiça climática, migrações e direitos humanos desde a educação infantil até o ensino superior, formando gerações conscientes de suas responsabilidades planetárias.



2. MARCOS LEGAIS DE RECONHECIMENTO E PROTEÇÃO

O ordenamento jurídico brasileiro precisa avançar no reconhecimento específico de pessoas deslocadas por fatores climáticos:

- **Lei de Reconhecimento dos Deslocados Climáticos:** criar categoria jurídica específica que reconheça pessoas deslocadas por eventos climáticos extremos ou degradação ambiental progressiva, garantindo-lhes direitos de acolhida, documentação, acesso a serviços e não-devolução.
- **Compensação e Reparação:** instituir sistema nacional de compensação para vítimas de crises climáticas que garanta reparação material (reconstrução de moradias, reposição de bens perdidos) e simbólica (reconhecimento público do sofrimento causado).
- **Regularização Migratória Facilitada:** estabelecer procedimentos simplificados de regularização migratória para pessoas cujos países de origem enfrentam crises climáticas severas, reconhecendo que o retorno pode ser inviável.



3. INFRAESTRUTURA PREVENTIVA E SISTEMAS DE ALERTA

A experiência de Canoas demonstra o custo humano da ausência de preparação. É fundamental investir em:

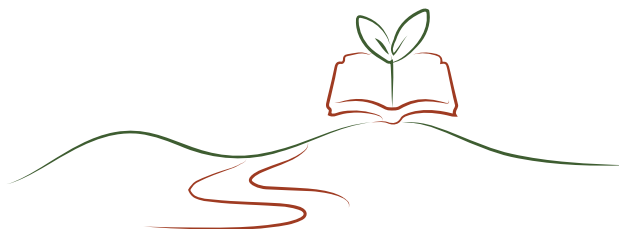
- **Planos Municipais de Contingência Climática:** obrigatoriedade de elaboração de planos de contingência para desastres climáticos em todos os municípios em áreas de risco, com participação de populações vulnerabilizadas (incluindo migrantes e refugiados) na sua formulação.
- **Sistemas de Alerta Precoce Inclusivos:** desenvolvimento de sistemas de alerta que alcancem efetivamente populações migrantes através de canais multilíngues e culturalmente adaptados (rádios comunitárias, aplicativos em vários idiomas, mensagens via lideranças comunitárias).
- **Infraestrutura Verde nas Periferias:** priorização de investimentos em infraestrutura verde (drenagem, áreas permeáveis, reflorestamento urbano) justamente nas regiões mais vulneráveis a enchentes e deslizamentos, onde concentram-se populações de baixa renda e migrantes.



4. MORADIA DIGNA E ACESSO À TERRA

A demanda por moradia emergiu como central em todos os territórios, articulando-se de formas específicas em cada contexto:

- **Política Nacional de Moradia Climática:** programa habitacional voltado especificamente para pessoas deslocadas por eventos climáticos, com critérios que reconheçam vulnerabilidades interseccionais (ser migrante + ter perdido casa em enchente, por exemplo).
- **Regularização Fundiária em Territórios Indígenas:** garantia de demarcação e proteção de territórios indígenas, reconhecendo que a segurança territorial é condição para adaptação climática de povos como os Warao.
- **Proibição de Construção em Áreas de Risco:** implementação efetiva de legislação que impeça ocupação de áreas de risco, com oferecimento simultâneo de alternativas habitacionais dignas.



5. EDUCAÇÃO CLIMÁTICA TRANSFORMADORA

Os jardins das infâncias demonstraram a potência pedagógica de abordagens que articulam ludicidade, protagonismo infantil e educação ambiental:

- **Programa Nacional Jardins das Infâncias:** expansão da metodologia dos jardins para todas as escolas públicas do país, com fornecimento de kits de plantio, formação de professores e acompanhamento pedagógico.
- **Formação Docente em Justiça Climática:** inclusão obrigatória de conteúdos sobre justiça climática, migrações e direitos humanos em todos os cursos de licenciatura e programas de formação continuada de professores.
- **Bibliotecas Multiculturais nas Escolas:** aquisição de acervos literários que incluam narrativas de crianças migrantes e refugiadas, como o livro “Pasito a Pasito Cruzando Fronteiras”, fortalecendo representatividade e empatia.



6. FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO

A ementa universitária precisa ser acompanhada de políticas institucionais que garantam sua implementação e continuidade:

- **Institucionalização da Disciplina:** inclusão da disciplina “Crises Climáticas e Deslocamentos Humanos” como obrigatória em cursos de Serviço Social, Antropologia, Sociologia, Relações Internacionais, Direito e Gestão Pública em universidades públicas.
- **Financiamento para Extensão Universitária:** criação de edital específico de financiamento para projetos de extensão que articulem universidades com organizações que atuam com migrantes e refugiados em contextos de vulnerabilidade climática.
- **Observatórios Regionais:** instituição de observatórios em cada região do país dedicados ao monitoramento da relação entre eventos climáticos e deslocamentos humanos, produzindo dados que subsidiem políticas públicas.



7. PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL

A voz das populações afetadas precisa ter canais institucionais de incidência:

- **Conselhos Participativos:** criação de conselhos municipais e estaduais de justiça climática com participação garantida de representantes de populações vulnerabilizadas, incluindo obrigatoriamente migrantes, refugiados e povos indígenas.
- **Ouvidorias Especializadas:** implementação de ouvidorias especializadas no atendimento a denúncias de violações de direitos relacionadas a crises climáticas e deslocamentos.
- **Fundos Públicos com Gestão Participativa:** criação de fundos municipais de adaptação climática cuja destinação de recursos seja decidida com participação direta de comunidades afetadas.



8. INCIDÊNCIA EM ESPAÇOS INTERNACIONAIS

O Brasil precisa assumir protagonismo na construção de marcos internacionais de proteção:

- **Advocacy na COP30:** utilizar a COP30 em Belém (2025) como plataforma para pressionar por criação de status jurídico internacional para refugiados climáticos e por fundos de compensação climática que priorizem populações deslocadas.
- **Cooperação Sul-Sul:** estabelecer acordos de cooperação com outros países do Sul Global para compartilhamento de metodologias de acolhimento, sistemas de alerta e políticas de adaptação.
- **Responsabilização de Grandes Poluidores:** defender taxa internacional de grandes corporações poluidoras cujos recursos sejam destinados a fundos de reparação para populações deslocadas.

Estas orientações não esgotam as possibilidades de ação, mas apontam caminhos urgentes e viáveis. Foram formuladas a partir da escuta de centenas de vozes que nomearam suas vulnerabilidades, suas resistências e seus horizontes. Cabe agora ao poder público, às universidades, às organizações da sociedade civil e a cada um de nós transformar essas orientações em realidade.

Como nos ensinou a Irmã Rosita Milesi e como este projeto vem demonstrando passo a passo: se faz o caminho caminhando. Os caminhos da justiça climática estão sendo trilhados agora — nas associações de migrantes em Canoas, nos jardins plantados em Goiânia, nas salas de aula da UnB e da UFRR, nas redes de solidariedade que se tecem diariamente em cada território. Que este guia contribua para que esses caminhos se multipliquem, se encontrem e se fortaleçam mutuamente, construindo futuros onde ninguém precise ser forçado a deixar sua terra, e onde aqueles que o forem encontrem acolhimento, dignidade e pertencimento.





Apêndices

APÊNDICE I - Perguntas e respostas do Quiz “Encruzilhadas climáticas

QUIZ "ENCRUZILHADAS CLIMÁTICAS"

Quiz Individual sobre Crises Climáticas e Deslocamentos Humanos

PERGUNTA 1: Qual atividade humana mais contribui para o aquecimento global?

- a) Transporte de carros e aviões
- b) Produção de energia com carvão e petróleo
- c) Desmatamento das florestas
- d) Produção de lixo

RESPOSTA (b): O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) aponta que a principal causa do aquecimento global é a queima de combustíveis fósseis para energia e transporte, que responde pela maior parte das emissões globais de CO₂

PERGUNTA 2: Quais dessas situações não são exemplos de eventos climáticos extremos, que estão ficando mais fortes e frequentes por causa das mudanças climáticas?

- a) Enchentes
- b) Secas e calor extremo muito longos
- c) Ventos fortes e furacões
- d) Uma semana de frio no inverno

RESPOSTA (d): Segundo a NOAA (Administração Oceânica e Atmosférica dos EUA) e a ONU, eventos extremos como enchentes, secas e ciclones estão aumentando em intensidade e frequência devido às mudanças climáticas, enquanto frio sazonal não é considerado extremo por si só

PERGUNTA 3: Por que algumas pessoas sofrem mais com mudanças climáticas que outras?

- a) Porque moram em lugares mais quentes
- b) Porque são mais pobres e têm menos proteção
- c) Porque não se interessam pelo meio ambiente
- d) Porque escolheram morar em lugares perigosos

RESPOSTA (b): O Relatório de Adaptação do IPCC (2022) mostra que populações de baixa renda, comunidades indígenas e migrantes são desproporcionalmente afetados, pois vivem em áreas vulneráveis e têm menos infraestrutura para se proteger

PERGUNTA 4: Aproximadamente quantas pessoas no mundo são forçadas a se mudar por desastres climáticos a cada ano?

- a) 1 milhão
- b) 5 milhões
- c) Mais de 20 milhões
- d) 100 milhões

RESPOSTA (c): Segundo o Internal Displacement Monitoring Centre (IDMC), desde 2008 uma média anual de 21,5 milhões de pessoas é deslocada por eventos climáticos extremos.

PERGUNTA 5: Qual estratégia mais ajuda comunidades a se protegerem de secas prolongadas?

- a) Migrar todos para as cidades grandes
- b) Sistemas de coleta e armazenamento de água da chuva
- c) Esperar ajuda internacional chegar
- d) Plantar apenas culturas que vendem bem

RESPOSTA (b): A FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura) e a ONU-Água destacam que a captação de água da chuva é uma solução sustentável e de baixo custo para enfrentar secas, especialmente em áreas semiáridas.

PERGUNTA 6: O que significa 'justiça climática' na prática?

- a) Que quem mais polui deve ajudar quem mais sofre as consequências
- b) Que todos os países devem poluir igualmente
- c) Que cada país resolve seus próprios problemas climáticos
- d) Que não podemos fazer nada para mudar a situação

RESPOSTA (a): A UNFCCC (Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima) e a Climate Justice Alliance explicam que justiça climática envolve reconhecer desigualdades: países e empresas que mais poluem têm a obrigação ética e legal de apoiar comunidades vulneráveis.

APÊNDICE II - Folha de atividade para a etapa “caminho das emoções”



CAMINHO DAS EMOÇÕES: "Voltando o Olhar para Dentro"

Reflexão Pessoal: "O Que Esta Jornada Desperta em Mim"

POR MEIO DE DESENHOS, CARTA, ESCRITOS...

"Que caminhos desta oficina mais me tocaram?"

"Das palavras que escutei hoje, qual quero levar comigo?"

APÊNDICE III - Folha de atividade da etapa “caminhos da ação”



CAMINHO DA AÇÃO: "Construindo Trilhas Coletivas"

Laboratório de Caminhos Comunitários: Proposta de mitigação da crise climática ou de sensibilização para o bairro/comunidade

OBJETIVO (O QUE fariam):

Qual é a proposta? Que problema ela resolve? Por que escolheram essa ação?

ROTA (COMO fariam):

Quais os passos da implementação? Que recursos seriam necessários?

COMPANHEIROS DE JORNADA (COM QUEM fariam):

Quem seriam os parceiros? Que colaborações precisam construir?

MARCOS DO CAMINHO (Objetivos a alcançar):

Que mudanças esperam ver em 6 meses? Que mudanças esperam ver em 2 anos?

SEMENTES PLANTADAS (Impactos esperados):

Que transformações esperam causar na comunidade com essa ação? Como a proposta contribui para justiça climática?

APÊNDICE IV - Referências bibliográficas da disciplina clima e deslocamentos humanos

RELATÓRIOS TÉCNICOS E DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS:

OBMigra (Observatório das Migrações Internacionais):

- OBMigra. “Relatório Anual 2023: Migrações Internacionais no Brasil.” Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2023.
- OBMigra. “Série Migração em Números: Deslocamentos Forçados e Mudanças Climáticas no Brasil.” Brasília: MJSP, 2024.

ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados):

- ACNUR. “Sem escapatória: na linha de frente das mudanças climáticas, conflitos e deslocamento forçado.” Disponível em: <<https://www.acnur.org/br/media/sem-escapatoria-na-linha-de-frente-das-mudancas-climaticas-conflitos-e-deslocamento-forcado>>.
- ACNUR. “Sem escapatória II.” Disponível em: <<https://www.unhcr.org/media/no-escape-ii-way-forward>>.
- ACNUR. “Tendências Globais: Deslocamento Forçado em 2023.” Genebra: UNHCR, 2024.
- ACNUR Brasil. “Relatório Anual 2023: Proteção e Soluções para Refugiados no Brasil.” Brasília: ACNUR, 2024.
- ACNUR. “Deslocamento Interno por Desastres Climáticos: Mapear Riscos e População no Brasil.” Brasília: ACNUR, 2023.

PRODUÇÃO ACADÊMICA ESPECIALIZADA:

Instituto Migrações e Direitos Humanos. Caderno de Debates: Refúgio, Migrações e Cidadania, v.19, n.19. Brasília, 2025.

CARREIRO, J. Dinâmicas transnacionais protagonizadas por Associações de Migrantes Guineenses em Portugal. In: ISCTE - Repositório do Instituto Universitário de Lisboa, 2007.

CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Antônio Tadeu; SILVA, Sarah Fernanda Lemos . “Imigração e Refúgio no Brasil: Relatório Anual 2023.” Brasília: OBMigra, UnB, 2024.

CAVALCANTI, LEONARDO; DE OLIVEIRA, Marcio; ENNES, M.. Migrações e Circularidade: Teoria, Políticas de Estado e Realidades Migrantes. Revista Brasileira de Sociologia, v. 8, p. 7-25, 2020.

CLARO, Carolina de Abreu Batista. Refugiados ambientais: mudanças climáticas, migrações internacionais e governança global. 2012. 113 f., il. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável)—Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

CLARO, Carolina de Abreu Batista. “O aporte jurídico do Direito dos Refugiados e a proteção internacional dos refugiados ambientais. In: André de Carvalho Ramos; Gilberto Rodrigues; Guilherme Assis de Almeida; (Org.). 60 anos de ACNUR: perspectivas de futuro. 1 ed. São Paulo: ACNUR/ANDHEP/ Editora CL-A, 2011, v.1, p. 241-269.

PASTORE, Marina N.; HARTMANN, Luciana. Escuta de crianças deslocadas como sujeitos de direito em Moçambique e Brasil. Linhas Críticas, v. 29, p. 1-19, 2023. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/50651>>.

HARTMANN, L.; GIRARDELLO, G.; ZANINI, M. C. C.; BEINEKE, V.; SHUÑA, R. P. B. (Org.). Infâncias migrantes e refugiadas: acolher com arte e educação. São Paulo: Pimenta Cultural, 2025.

NOSCHANG, Patrícia Grazziotin. "Juventude e litigância climática no Sistema Europeu de Proteção aos Direitos Humanos". In: Consultor Jurídico. 2023. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2023-jun-23/patricia-nos>>.

PACHECO PACIFICO, A.; RAMOS, E. P.; NOSCHANG, P. G. (2025). "Legal approaches for protection of environmentally internally displaced persons in Latin America." In: PACHECO PACIFICO A., NABUCO MARTUSCELLI P., FRANCIELY DE MELO SILVA, T. (eds) Internal Environmental Displacement in Latin America and the Caribbean. Environmental Politics and Theory. Palgrave Macmillan, Cham. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/978-3-031-87027-9_3>.

SASAKI, Elisa; ASSIS, Gláucia. "Teoria das Migrações Internacionais." In: XII Encontro Nacional da ABEP, v.12, Caxambu, out. 2000, GT de Migração, Sessão 3 - A migração internacional no final do século.

TONHATI, Tânia. The transnational family: migration, family and rituals among Brazilian migrant women in the UK. Doctoral thesis, Goldsmiths, University of London, 2018. Disponível em: <<http://research.gold.ac.uk/id/eprint/23046/>>.

TONHATI, Tânia; MACÊDO, Marília. Imigração de mulheres no Brasil: movimentações, registros e inserção no mercado de trabalho formal (2010-2019). In: CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Tadeu; MACÊDO, Marília. Imigração e refúgio no Brasil Relatório Anual 2020, p. 111 - 141. Série "Migrações". Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília: OBMigra, 2020.

SOCIOLOGIA AMBIENTAL E JUSTIÇA CLIMÁTICA:

ACSELRAD, Henri. "Justiça ambiental e construção social do risco." Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 5, p. 49-60, 2002. Disponível em: <<https://doi.org/10.5380/dma.v5i0.22116>>.

ACOSTA, Alberto. "O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos." São Paulo, Autonomia Literária e Editora Elefante, 2016.

MILANEZ, Bruno; FONSECA, Igor Ferraz da. "Justiça climática e eventos climáticos extremos: uma análise da percepção social no Brasil." Revista Terceiro Incluído, Goiânia, v. 1, n. 2, p. 82-100, 2011. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/teri/article/view/17842>>.

TORZILLI, Davide. "Mudanças climáticas e deslocamento forçado: reflexões rumo à COP30 no Brasil." In: INSTITUTO MIGRAÇÕES E DIREITOS HUMANOS (IMDH); ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS (ACNUR) (org.). Caderno de Debates: Refúgio, Migrações e Cidadania, n. 19, p.175-190, Brasília, 2025. Disponível em: <<https://www.migrante.org.br/wp-content/uploads/2025/12/Caderno-de-Debates-n.19.pdf>>.

RESAMA, UPF, ACNUR, GAIN, UFRR et al. "Mudanças climáticas e mobilidade humana: reflexões éticas na COP30." Disponível em: <<https://www.acnur.org/br/media/mudancas-climaticas-e-mobilidade-humana-reflexoes-eticas-na-cop30>>.

ZENAIDA LAUDA-RODRIGUEZ, Zenalda; RAMOS, Erika Pires. A (i)mobilidade humana por fatores ambientais na América Latina: a experiência de trabalho da Rede Sul Americana para as Migrações Ambientais (RESAMA). Diálogos Socioambientais, [S. l.], v. 7, n. 19, p. 60-65, 2024. Disponível em: <<https://periodicos.ufabc.edu.br/index.php/dialogossocioambientais/article/view/1073>>.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens. “Desenvolvimento e conflitos ambientais: um novo campo de investigação.” *Ambiente & Sociedade*, v. 13, n. 2, p.231-246. Editora UFMG, 2010.

ANTROPOLOGIA DA MIGRAÇÃO E VULNERABILIDADES:

ANZALDÚA, Gloria. La conciencia de la mestiza /Rumo a uma nova consciência. In: *Borderlands/La Frontera: The New Mestiza*, vol. 13, 2005 [1987], pp.704-719.

FAINA, Rhayssa Brandão; MILESI, Rosita. Crianças e adolescentes: vivências e desafios no processo migratório. In: HARTMANN, Luciana; GIRARDELLO, Gilka; ZANINI, Maria Catarina Chitolina; BEINEKE, Viviane; SHUÑA, Rocío del Pilar Bravo (org). *Infâncias migrantes e refugiadas: acolher com arte e educação*. São Paulo: Pimenta Cultural, 2025. p.37-50.

FELDMAN-BIANCO, B. ; SANJURJO, L. L. ; SILVA, D. M. . Migrações e Deslocamentos; Balanço bibliográfico da produção antropológica entre 1940 e 2018 brasileira. *BIB. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, v. 93, p. 1-58, 2020.

MARANDOLA JR., Eduardo; HOGAN, Daniel Joseph. “Vulnerabilidades e riscos: entre geografia e demografia.” *Revista Brasileira de Estudos de População*, 22(1), p. 29-53, 2009. Recuperado de: <<https://www.rebep.org.br/revista/article/view/253>>.

SAYAD, Abdelmalek. “O retorno: elemento constitutivo da condição do imigrante.” *Travessia*, v. 13, n. 36, p. 7-32, 2000.

CARMO, R. L. ; ALVES, H. P. F. . Análise de situações de vulnerabilidade socioambiental na Região Metropolitana de São Paulo no contexto das mudanças climáticas por meio da integração de indicadores sociais e ambientais. In: *X Congreso de la Asociación Latinoamericana de Población (ALAP)*, 2022, Valparaí-

so, Chile. *Anais do X Congreso de la Asociación Latinoamericana de Población (ALAP)*, 2022.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR INTERNACIONAL:

CARTAGENA+40. “Declaração e Plano de Ação do Chile 2024-2034.” Disponível em: <https://www.acnur.org/sites/default/files/2024-12/Declaracao_e_plano_de_acao_do_Chile_POR.pdf>.

CASTLES, Stephen. “Environmental Change and Forced Migration.” *New Issues in Refugee Research*, UNHCR Working Paper, 2002.

CORTE IDH. “Opinião Consultiva OC-32/25 sobre emergência climática e direitos humanos.” Disponível em: <<https://corteidh.or.cr/tablas/OC-32-2025/>>.

PIGUET, Étienne. “Climate Change and Forced-Migration.” *New Issues in Refugee Research*, UNHCR Working Paper, 2008.

FORESIGHT. *Migration and Global Environmental Change Final Project Report*. The Government Office for Science, Londres, 2011, p.237. Disponível em: <<https://assets.publishing.service.gov.uk/media/5a74b18840f0b61df4777b6c/11-1116-migration-and-global-environmental-change.pdf>>.

RECURSOS DIGITAIS:

- Portal OBMigra: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/>
- ACNUR Brasil: <https://www.acnur.org/Brasil/>
- Plataforma R4V: <https://www.r4v.info/>



Realização



Apoio

